

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left corner.

Município de Mogadouro

Relatório e Contas



2018

Handwritten signatures and initials in blue ink are present in the top left corner of the page.

MUNICÍPIO DE MOGADOURO

DOCUMENTOS

DE

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATIVOS

AO

ANO FINANCEIRO DE 2018

Aprovado pela Câmara Municipal Em ____ de _____ de 2019	Aprovado pela Assembleia Municipal Em ____ de _____ de 2019
---	---

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2018

APROVAÇÕES

<i>Câmara Municipal</i> <i>Em ___ de abril de 2019</i>	<i>Assembleia Municipal</i> <i>Em ___ de _____ de 2019</i>
---	---



ÍNDICE

I – ENQUADRAMENTO LEGAL -----	3
II – LINHAS DE INTERVENÇÃO -----	6
1 - Educação e cultura -----	6
2 - Saúde e qualidade de vida -----	9
3 - Desporto -----	10
4 - Ação Social -----	11
5 - Segurança -----	11
6 - Atração e dinamização da iniciativa empresarial -----	12
III – QREN e Portugal 2020 -----	12
IV – GESTÃO FINANCEIRA -----	26
1. Análise da Execução Orçamental 2018 -----	21
1.1. RECEITA -----	21
1.1.1. Execução Orçamental da Receita -----	22
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal -----	24
1.2. DESPESA -----	36
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa -----	36
1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal -----	40
1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos -----	58
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos -----	61
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal -----	63
2. Endividamento -----	66
3. Despesas com o Pessoal -----	71
4. Poupança Corrente -----	71
V – ANÁLISE PATRIMONIAL -----	72
1. Evolução da Situação económica e Financeira -----	72
1.1. Análise ao Balanço -----	72
1.2. Análise à Demonstração de Resultados -----	79
Proposta de Aplicação dos Resultados -----	83
Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados -----	84



I - Enquadramento Legal

No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2018, pelo que o órgão executivo submete à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de 2018.

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de Contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão é um instrumento importante no diagnóstico e avaliação da evolução da atividade do Município, não só porque a sua função é facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na prossecução dos objetivos estabelecidos, nos termos das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos competentes especialmente aquando da aprovação dos Documentos Previsionais.

O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os munícipes em geral sobre os seguintes indicadores:



- *A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;*
- *A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;*
- *A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;*
- *A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;*
- *A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;*
- *Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.*

De acordo com o estabelecido no POCAL, a análise aos indicadores atrás referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

- Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

- Na Perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2018, o património municipal, o passivo, a origem da formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação. Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental:
 - da Receita;
 - da despesa;
 - das Grandes Opções do Plano.
- Mapa de fluxos de caixa;
- Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Notas ao balanço e à demonstração dos resultados;
- Caracterização da entidade;
- Relatório de Gestão;
- Certificação Legal de Contas.

Do Relatório de Gestão consta ainda um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e respetivo parecer

e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2018.

II – Linhas de Intervenção

1 – Educação e Cultura

A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) pretende ser um "organismo vivo", um espaço de lazer, de cultura e para a cultura, e deste modo, através do seu Serviço de Extensão Cultural, promove, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias.

Neste sentido, durante o ano de 2018, realizaram-se na Biblioteca Municipal diversas e variadas atividades: Horas do Conto (46), Horas do DVD,



Cinema para Seniores - CINEMEMÓRIA, Ateliês de Expressão Plástica (28), Exposições e Mostras Bibliográficas (32), Visitas Guiadas Apresentações de Livros (13), Encontros com Escritores,

Formações Diversas, Leituras seniores, Concursos de leitura (2) entre outras.

Durante o ano findo, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) esteve aberta ao público 246 (duzentos e quarenta e seis) dias e foi visitada por 13.188 (treze mil cento e oitenta e oito) Utilizadores/Leitores.

Esta Instituição concretizou 172 (cento e setenta e duas) atividades, realizou 2.354 (dois mil e trezentos e cinquenta e quatro) pedidos de empréstimo domiciliário e 4 (quatro) pedidos de empréstimo interbibliotecas.

Ao longo do ano de 2018 adquiriu ainda diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de 5.959,08 € (cinco mil novecentos e cinquenta e nove euros e oito cêntimos).

Pretende-se então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, mais informada.

Ainda nesta área:

- Apoiamos a apresentação de vários livros;*
- Realizamos mais uma edição da Feira do Livro;*
- Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento*



curricular, em articulação com as associações de pais e agrupamentos de escolas;

- Atribuímos prémios de mérito a alunos em parceria com o Agrupamento de Escolas;*
- Continuamos a colaborar com o Agrupamento de Escolas em diversas vertentes com patrocínio da Universidade júnior;*
- Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;*



[Handwritten signature]

- *Organizamos mais um desfile de Carnaval que registou um número significativo de participantes;*
- *Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;*
- *Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*
- *Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;*
- *Promovemos o espetáculo de teatro "Animália" e "Trindade a Sete";*
- *Organizamos as Comemorações do 25 de abril e das amendoeiras em flor onde se inserem o X BTT e a XVI prova do Circuito Nacional de Montanha;*
- *Desenvolvemos ainda um conjunto de atividades direcionadas para crianças, famílias e idosos como dia Mundial da Criança, o Concerto de Natal das Oficinas de Música, o Concurso de Presépios, o XVI encontro de anciãos e X Encontro dos Cantares dos Reis;*
- *Promovemos a XX Encontro Micológico Transmontano, a X Semana Gastronómica Micológica e a III Feira de Cogumelos e Produtos Locais;*
- *Organizamos várias exposições no Posto de Turismo (7), no Centro Interpretativo as temática "da azeitona ao azeite" e a do "mel" que registaram 333 e 180 visitantes respetivamente;*



- *Promovemos a organização das comemorações do dia internacional dos Museus e dos Monumentos e Sítios;*
- *Patrocinamos mais um concurso de Bovinos de Raça Mirandesa;*
- *Organizamos mais um festival da Terra Transmontana;*
- *Participamos no encontro de Música Dança Tradicional Trasmontana, na Bolsa de Turismo de Lisboa, no festival da Máscara em Zamora, na mascarada ibérica em Viana do Bolo e Vilarinho do Conso, na recriação histórica em Medina del Campo e ainda uma saída a Salsas.*



2 – Saúde e Qualidade de Vida

- *Concretizámos o programa de Ocupação dos Tempos Livres das crianças e jovens através do programa das Férias da Páscoa, de Verão e de Natal em Movimento;*
- *Procedemos a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 70 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo o que corresponde a um aumento de 4 em relação ao ano de 2017, traduzido num custo de 14.485,49 euros;*
- *Durante o ano de 2018 foram realizadas 254 deslocações ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais do Porto o que representa um aumento de 20 deslocações face a 2017, tendo sido transportados 704 pessoas (432 do sexo feminino e 272 do sexo masculino) que realizaram 1.035 consultas e exames, a pessoas que*

precisavam de cuidados médicos. O número real de utentes é de 273 uma vez que muitos deles fazem várias deslocações. O custo total desta medida foi de 44.698,45 euros.

- Promovemos aulas de dança e de música através da contratação de empresas da especialidade, culminada com o Festival de danças de Salão para além dos concertos "Cais da Saudade" da Associação José Afonso, do concerto solidário da Banda Filarmónica do B.V. de Mogadouro entre outros;*
- No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, estiveram em funcionamento 41 aparelhos para idosos em situação de dependência e isolamento social;*
- Organizamos a recriação da Via Sacra, com a participação massiva da população da local.*
- Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos;*
- Realizaram-se palestras de prevenção do cancro;*
- Promovemos o dia mundial dos Avós.*



3 – Desporto

- Organizamos a Gala do Desporto;*
- Apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;*
- Realizamos o torneio de futebol inter aldeias;*




- *Promovemos aulas de ginástica, acompanhadas por técnicos da especialidade;*
- *Apoiamos os passeios pedestres organizados nas diversas freguesias*
- *Organizamos mais um Red Burros Fly-In.*
- *Continuamos a aposta no acolhimento e atração de eventos desportivos como o Gira vólei e a prova de Triatlo;*
- *Colocamos uma pista de gelo durante 15 dias, para a prática de patinagem.*

4 – Ação social

- *Promovemos mais uma edição da Feira Social que registou um volume considerável de vendas com a participação de 11 entidades;*
- *Apoiamos 6 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações;*
- *Procedemos à melhoria de alojamento de 3 famílias com dificuldades financeiras com grandes reparações nas suas casas;*
- *Apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia e Cruz Vermelha através da celebração de protocolos;*
- *Foram atribuídos 46 cabazes de Natal a famílias mais carenciadas tendo aumentado 3 em relação ao ano anterior.*

5 – Segurança

- *Mantemos o apoio e o acompanhamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;*

- 
- *Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;*
 - *Continuámos a representar o Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a apoiar o seu funcionamento, com vista a promover os direitos da criança e do jovem e a prevenir ou pôr termo a situações de perigo.*

6 - Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial

- *Atribuámos de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal, para apoio à criação/manutenção de postos de trabalho, subsídios a criação de 47 novos postos de trabalho;*
- *Continuámos a apostar na organização e/ou apoio de eventos que potenciem a valorização da gastronomia e na promoção dos produtos locais, nomeadamente através da Feira dos Gorazes, Feira Franca/Amendoeiras em flor e Festival Terra Transmontana, que além de permitirem uma maior visibilidade e melhor oferta de negócio dos produtos regionais, expostos pela população do concelho, atrai também a participação de expositores dos mais variados e longínquos locais do país.*
- *Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com a vacinação.*

III – QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos

ANÁLISE DA EXECUÇÃO



[Handwritten signature]

O Acordo de Parceria "Portugal 2020", explicita a estratégia, identifica as prioridades e as modalidades de utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) em Portugal no período temporal 2014 e 2020.

Para acesso aos mesmos, e tal como aconteceu no quadro comunitário anterior (QREN), Mogadouro integra a Região Norte, competindo à CCDR Norte, gerir o Programa Operacional "Norte 2020" para aplicação dos fundos europeus no Norte de Portugal durante aquele período.

Durante o ano em análise foram ainda registados alguns movimentos correspondentes ao fecho de algumas candidaturas ao abrigo do anterior quadro (QREN 2007/2013), mas o destaque vai inteiramente para o novo Quadro Portugal 2020 que conjuntamente, concorrem para que o nosso Concelho fique mais desenvolvido e possibilite à população mais bem-estar, mais e melhor qualificação e também mais e melhor emprego.

Os projetos a desenvolver, os que estão em curso ou os que foram já concluídos, visam proporcionar uma melhor qualidade de vida às nossas gentes.

O quadro que se segue, reflete os montantes apresentados e aprovados para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e variadas áreas, fazendo referência apenas aos que tiveram execução ou foram aprovados ao longo do ano de 2018.

No final do ano 2018, o Município de Mogadouro, tinha projetos aprovados no valor de 5.355.841,80€, o que correspondia a um volume de investimento de 6.970.202,50€, sendo que, alguns deles vêm já de anos anteriores e outros ainda que não têm execução financeira.



Prestação de contas 2018

Data	Programa	Designação	Valor Elegível	Comparticipação
15/06/2015	POCTEP	Trator, cilindro e Motoniveladora	114.350,00 €	85.762,50 €
30/06/2015	FRONTECO	Pavimentação do Castelinho à Zona Industrial	140.000,00 €	105.000,00 €
19/12/2016	NORTE 2020	Casa das Associações/Antigo edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor	282.936,43€	240.495,97€
27/09/2016	NORTE 2020	Requalificação e modernização das instalações da escola básica e secundária de Mogadouro	300.000,00€	255.000,00€
07/07/2017	Baixo Sabor	Espaço Mais - Mogadouro apoia inclusão social	40.000,00€	36.000,00€
20/10/2016	NORTE 2020	Grande Rota do Douro Internacional e Douro Vinhateiro	91.635,00€	77.889,75€
07/07/2017	Baixo Sabor	Repavimentação da E.M.593 entre Valverde e Meirinhos	270.234,40€	243.210,96€
20/10/2016	NORTE 2020	Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior	157.202,50€	131.702,90€
04/01/2016	IFAP	Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos	101.264,79€	86.075,07€
23/05/2017	Fundo Ambiental	Aquisição de uma viatura elétrica e ponto de carregamento	38.777,00€	19.388,50€
24/08/2015	NORTE 2020	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas de Urrós	456.746,38€	388.234,42€
20/07/2018	NORTE 2020	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	2.205.429,94€	1.874.615,45€
30/05/2018	NORTE 2020	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	981.761,54€	834.497,31€
20/12/2018	DGAL	Reabilitação do Pavilhão Multiusos de Mogadouro/Antigo Mercado do Gado	179.993,56€	179.993,56€
21/12/2018	NORTE 2020	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	939.132,92€	200.000,00€
08/02/2018	NORTE 2020	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	392.257,00	333.418,45€
07/11/2018	NORTE 2020	Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	278.481,01€	264.556,96€
Totais			6.970.202,50€	5.355.841,80€

O mapa que se segue, identifica os projetos que se encontram em execução, ou cujos concursos estão a decorrer e ainda os que se prevê serem lançados ao longo do ano de 2019.

Projetos	Valor Pago	Saldo
Trator, cilindro e Motoniveladora	94.702,53€	0,00€
Pavimentação do Castelinho à Zona Industrial	105.000,00€	0,00€
Casa das Associações- Antigo Banco Pinto & Sotto Mayor	162.054,72€	78.441,25€
Repavimentação da E.M.593 entre Valverde e Meirinhos	243.210,96€	0,00€
Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos a abióticos ou por acontecimentos catastróficos	79.676,32€	6.398,75€
Requalificação e modernização das instalações da escola básica e secundária de Mogadouro	0,00€	255.000,00€
Espaço Mais - Mogadouro apoia inclusão social	25.500,00€	10.500,00€
Grande Rota do Douro Internacional e Douro Vinhateiro	73.995,26€	3.894,49€
Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior	73.672,57€	58.030,33€
Aquisição de uma viatura elétrica e ponto de carregamento	19.388,50€	0,00€
Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas de Urrós	34.344,69€	353.889,73€
Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	0,00€	1.874.615,45€
Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	0,00€	834.497,31€
Reabilitação do Pavilhão Multiusos de Mogadouro/Antigo Mercado do Gado	0,00€	179.993,56€
Planos integrados e inovadores de combata ao insucesso escolar	0,00€	333.418,45€
Recinto de Valorização de Raças Autóctones	0,00€	200.000,00€
Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	0,00€	264.556,96€
TOTAIS	911.545,55€	4.453.236,28€

Conforme o quadro apresentado, verificamos que no final de 2018 o Município de Mogadouro tem projetos ou ações aprovadas e não recebidas no valor

de 4.453.236,28€, sendo que alguns deles, têm prazo de execução por mais que um ano, e outros que ainda não têm execução, significando que se trata de um valor que não vai ser recebido na totalidade em 2019.

IV - GESTÃO FINANCEIRA

Principais indicadores da Gestão Orçamental

O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2018, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.

O orçamento apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas de acordo com o ponto 2.3.2 das considerações técnicas do POCAL, pelo que como em qualquer análise e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboração, está sempre sujeito a correções pelo impacto financeiro de situações não previstas.

Nos termos do ponto 8.3.1 das considerações técnicas atrás citadas, essa é uma faculdade que pode assumir a forma de alteração que pode incluir reforços de dotações de despesas em contrapartida de diminuições ou anulações de outras dotações, ou revisão orçamental, que dando origem ao aumento global da despesa prevista, implica sempre uma revisão ao orçamento.

Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas., a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o



cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, a Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.

Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa resumo dos fluxos de caixa sintetiza a execução orçamental, permitindo-nos conhecer todos os recebimentos e pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria, evidenciando também os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Consideram-se operações de tesouraria as cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras nomeadamente Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Sindicatos e outros, cujos valores são entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais, bem como os valores retidos em dinheiro referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos e empreitada. Trata-se pois, de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.



Pelo mapa que se segue, e tendo por base a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, constatamos que o Fluxo de Atividades Financeiras é positivo em 2.268.326,37 euros.

Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o ano de 2018, foi superior às receitas de capital verificando-se assim que o Fluxo de Atividades de Investimento registou um superavit de 1.140.875,30 euros, o que reflete o financiamento de parte do investimento, com a poupança corrente.

<i>Recebimentos</i>		<i>Pagamentos</i>	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.351.883,00€	DESPESAS ORÇAMENTAIS	11.935.277,95€
<i>Execução Orçamental</i>	1.822.448,93€	Correntes	9.288.911,15€
<i>Operações de Tesouraria</i>	529.434,07€	Capital	2.646.366,80€
RECEITAS ORÇAMENTAIS	13.068.821,23€	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	719.330,23€
Correntes	11.557.237,52€	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	3.344.863,81€
Capital	1.505.491,50€	<i>Execução Orçamental</i>	2.955.992,21€
Outras	6.092,21€	<i>Operações de Tesouraria</i>	388.871,60€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	578.767,76€		
TOTAL	15.999.471,99€	TOTAL	15.999.471,99€

O saldo da execução orçamental e das operações de tesouraria é de 3.344.863,81€, o que corresponde ao saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, conforme consta do Balanço a 31/12/2018. O saldo orçamental que transita para o exercício seguinte, poderá ser utilizado em despesa de 2019 após a aprovação da respetiva revisão orçamental pelo Órgão Deliberativo.

Como se pode verificar no mapa supra, e tendo em conta, apenas a vertente orçamental, o valor dos fluxos financeiros é de 14.891.270,16€. Foram efetuados pagamentos no valor de 11.935.277,95€, desagregados em despesas correntes 9.288.911,15 euros, e despesas de capital 2.646.366,80 euros. Por outro lado, o valor dos recebimentos totalizou 13.068.821,23 euros, acrescidas do saldo transitado da gerência anterior no valor de 1.822.448,93 euros. O valor das



receitas correntes foi de 11.557.237,52 euros, enquanto as receitas de capital totalizaram 1.505.491,50 euros, resultando assim um saldo para o ano de 2019 no valor de 2.955.992,21 euros.

A título de *Operações de Tesouraria* foram recebidos, durante o ano de 2018, o valor de 578.767,76€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título, no montante de 529.434,07€. Saíram para as diversas entidades 719.330,23€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 388.871,60€.

COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO

A comparação entre o valor orçamentado e o valor executado, refletido no mapa infra, permite aferir a concretização das previsões realizadas durante o ano de 2018 bem como os respetivos desvios.

A execução da Receita Corrente teve uma taxa de 96,2%, enquanto a Receita de Capital se ficou pelos 38,9%. Já a Despesa, tendo em conta os valores previstos no Orçamento Final, regista uma taxa de execução de 92,36% na corrente e 34,62% na de Capital.

CAPÍTULOS	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
RECEITAS				
Correntes	12.012.169,00 €	12.012.169,00 €	11.557.237,52 €	96,20%
Capital	5.689.576,00 €	3.866.214,86 €	1.505.491,50 €	38,90%
Outras	0,00 €	1.823.361,14 €	1.828.541,14 €	100,30%
TOTAL	17.701.745,00 €	17.701.745,00 €	14.891.270,16 €	84,12%
DESPESAS				
Correntes	10.057.667,00 €	10.057.667,00 €	9.288.911,15 €	92,36%
Capital	7.644.078,00 €	7.644.078,00 €	2.646.366,80 €	34,62%
TOTAL	17.701.745,00 €	17.701.745,00 €	11.935.277,95 €	67,42%



A receita apresentou uma taxa de execução total de 84,12% correspondente ao valor de 14.891.270,16 euros no qual estão incluídos 1.822.448,93 euros do saldo da gerência anterior, não sendo assim cumprido o objetivo de uma taxa de execução mínima de 85% da receita prevista no orçamento, conforme definido na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (LFL). A percentagem em falta é de apenas 0,88% e que só não é cumprida porque não foram lançados no final do ano os valores transferidos pela DGAL e EDP de 179.993,56. e 127.944,95, lançados apenas em 2019.

O Orçamento para 2018 apresentava um valor de 17.701.745,00€ para a dotação inicial prevista, não tendo o valor para a dotação final sido alterado no total, mas da sua desagregação resultaram os valores de 12.012.169,00€ nas receitas correntes, 3.866.214,86€ nas receitas de capital e 1.823.361,14€ a outras receitas, resultante de revisão ao orçamento pela inclusão do saldo do ano anterior e a criação da rubrica de Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.

Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas uma revisão ao Orçamento da Receita e 20 alterações ao Orçamento da Despesa, das quais uma revisão.



Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos sofreu ao longo do ano, uma revisão e 15 alterações, e o Plano de Atividades Municipais, 18 alterações.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 17.701.745,00€, dos quais foram cabimentados 14.534.444,98€, comprometidos 14.333.700,38€ e faturados 12.067.094,99€. Destes foram pagos 11.935.277,95€.

I. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2018, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas durante o ano, bem como as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

De forma a avaliar a execução do orçamento, segue-se uma análise às rubricas mais significativas quer da receita, quer da despesa.

I.1. RECEITA

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em *Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas*, (no qual se incluem as Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (RNAP) e o Saldo da Gerência anterior) em obediência ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente "RNAP", abrange as receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em exercícios anteriores ou no próprio ano. Este



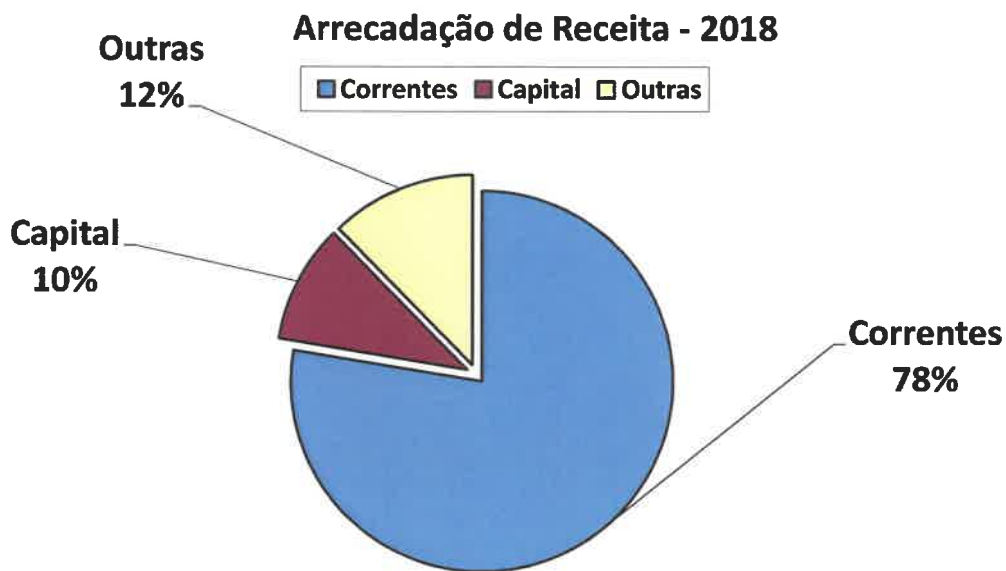
93

tipo de reposições, implica a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo consideradas receita orçamental.

A classificação económica das receitas, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

1.1.1. Execução Orçamental da Receita

Conforme já referido, o montante de Receita Total efetivamente arrecadada durante o ano de 2018, ascendeu a 14.891.270,16€, correspondendo o montante de 11.557.237,52€, a receita corrente, o montante de 1.505.491,50€, a receita de capital e 1.828.541,14€ a outras receitas, onde está incluído o saldo da gerência anterior.



A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.

Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

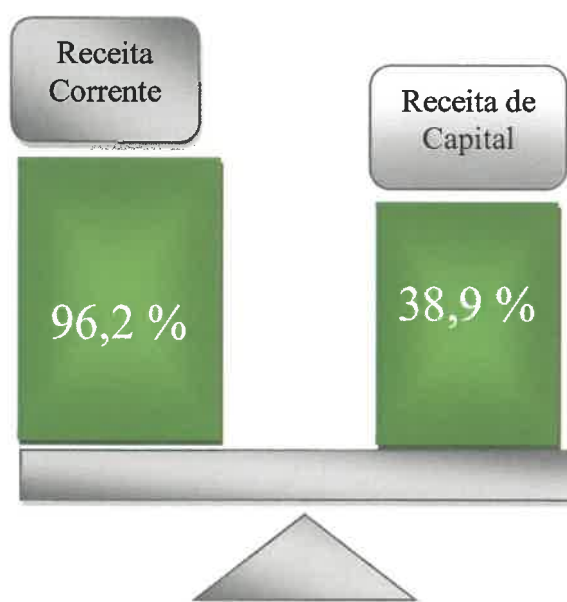
**Receitas - 2017**

Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	11.734.811,00 €	11.734.811,00 €	11.676.444,05 €	99,50%
Capital	5.827.069,00 €	1.828.939,86 €	1.229.818,15 €	67,20%
Outras	0,00 €	2.572.129,14 €	2.572.722,76 €	100,00%
TOTAL	17.561.880,00 €€	16.135.880,00 €	15.478.984,96 €	95,90%

Comparando os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se uma diminuição da receita corrente no valor de 119.206,53€, e um aumento de 275.673,35€ na receita de capital.

A taxa de execução global da receita cifrou-se nos 84,12% (menos 11,78% do que a registada na gerência 2017, mas apenas 587.714,80€ no valor), não tendo sido cumprido o disposto no n.º 3 do art.º 56.ª da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pelas razões já atrás explicadas e o qual estipula que caso o município registre durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, são informadas a DGAL e os membros do governo responsáveis pelas finanças e administração local (regime de alerta precoce de desvios).

A taxa de execução da receita corrente apresenta uma percentagem de execução muito superior à registada nas receitas de capital, conforme retratado no esquema seguinte.

Taxas de Execução da Receita - 2018

**1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal****RECEITAS CORRENTES**

Regra geral as receitas correntes são, por natureza, as que detêm maior impacto na receita total, contribuindo com 11.557.237,52€, estando contemplada no mapa seguinte, a análise ao desempenho da receita corrente ao nível da previsão orçamental e da sua cobrança, bem como a análise relativamente ao período homólogo de 2017.

As receitas correntes são as que, por regra, provêm do rendimento do próprio período económico. Da análise aos dois anos, comparativamente ao ano de 2017, houve uma variação negativa de 1,03% no total das receitas correntes cobradas, com as transferências correntes e as outras receitas correntes a registarem variações positivas e os outros agrupamentos a registarem variações negativas, apurando-se uma diferença negativa geral de 119.206,53 euros.

Descrição	2018				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUT (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Receitas correntes					
IMPOSTOS DIRETOS	981.630,84 €	952.556,84 €	8,24	6,40	97,04
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	673.853,00 €	673.590,70 €	5,83	4,52	99,96
Imposto Único de Circulação	159.979,00 €	176.478,79 €	1,52	1,19	110,31
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	147.768,00 €	102.487,35 €	0,89	0,69	69,36
Impostos Abolidos e outros	20,00 €	0,00 €	-	-	-
IMPOSTOS INDIRECTOS	58.832,00 €	48.775,08 €	0,42	0,32	82,95
TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES	169.644,00 €	145.547,14 €	1,26	0,98	85,80
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	612.478,00 €	485.936,45 €	4,21	3,26	79,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.061.591,00 €	8.834.576,89 €	76,44	59,33	97,49
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.014.196,00 €	8.014.196,00 €	69,34	53,82	100,00
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00 €	177.796,00 €	1,54	1,19	100,00
Participação Fixa no IRS	120.592,00 €	120.592,00 €	1,04	0,81	100,00
Outras	749.007,00 €	521.992,89 €	4,52	3,51	69,69
VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES	1.029.434,00 €	969.225,78 €	8,39	6,51	94,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	98.560,00 €	120.619,34 €	1,04	0,81	122,38
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	12.012.169,00 €	11.557.237,52 €	100,00	77,61	96,21



Handwritten signature in blue ink.

Da análise ao quadro anterior e à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, verifica-se, que o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), na medida em que esta assume por si só, um peso de 76,44% do total das Receitas Correntes e 59,33% do total geral, muito longe da cobrança dos Impostos Diretos e da Venda de Bens e Serviços Correntes, que no seu conjunto, representam apenas 16,63% das receitas correntes e 12,91% da receita total.

Mesmo não atingindo o grau de execução do ano de 2017, a percentagem de execução 96,21% atingida em 2018, permite-nos concluir que o orçamento, foi elaborado com rigor.

Relativamente ao valor global da receita, excepcionando o saldo do ano anterior, regista um aumento de 156.466,82€ em relação ao ano transato, que como mais adiante se analisará, resulta exclusivamente do aumento verificado nas transferências de capital.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas da administração central nos municípios, o aumento da receita corrente era desejável.

IMPOSTOS DIRETOS

Quanto aos Impostos Diretos cobrados, representam 8,24% do total das receitas correntes, e 6,40% da receita total, e tiveram uma taxa de execução de 97,04%, no entanto um decréscimo de 8,2% no decurso do exercício de 2018 face a 2017, equivalente a 85.094,06 euros, conforme detalhe que se segue.



Descrição	2018	2017	Var. €	Var. %
<i>Receitas</i>	<i>Receita cobrada bruta</i>			
<i>Impostos Diretos:</i>	<i>952.556,84</i>	<i>1.037.650,90</i>	<i>-85.094,06</i>	<i>-8,2</i>
- <i>Imposto Municipal s/ Imóveis</i>	<i>673.590,70</i>	<i>696.346,39</i>	<i>-22.755,69</i>	<i>-3,3</i>
- <i>Imp. Municipal s/t. O. Imóveis</i>	<i>102.487,35</i>	<i>176.588,74</i>	<i>-74.101,39</i>	<i>-42,0</i>
- <i>Imposto Único de Circulação</i>	<i>176.478,79</i>	<i>164.715,77</i>	<i>11.763,02</i>	<i>7,14</i>

As receitas arrecadadas com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentam uma variação descendente de 3,3 % quando comparada com o ano de 2017 ou seja, 22.755,69 euros em termos nominais. A taxa de execução desta rubrica foi de 99,96%, muito próxima do valor orçamentado.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) apresenta também uma variação negativa de 42% para o mesmo período, significando em termos nominais, um decréscimo de 74.101,399 euros e uma taxa de execução de 69,36%.

O Imposto Único de Circulação (IUC) que incide sobre os veículos, é o único que apresenta uma variação positiva de 7,14%, ou seja de 11.763,02 euros, quando comparado com o seu desempenho do ano anterior. Relativamente ao montante previsto pelo Município, em orçamento, verifica-se então um aumento, cifrando-se a taxa de execução pelos de 110,31%.

IMPOSTOS INDIRETOS

Também os Impostos Indiretos e as Taxas Multas e Outras Penalidades, tiveram uma variação negativa comparativamente ao ano de 2017. Os primeiros registaram no seu conjunto um decréscimo de 11.980,46€ em relação ao ano anterior, sendo a maior fatia deste capítulo proveniente da rubrica de mercados e feiras com um valor de 36.520,00€ embora com uma quebra de 6.478,00€.



Handwritten signature

Também a receita de loteamento e obras registou um decréscimo de 4.383,86€ cifrando-se em 2018 no valor de 3.692,27€. Neste agregado, foram cobrados 48.775,08 euros, sendo que, das diversas classificações que compõe esta rubrica, excluindo a dos mercados e feiras que representa 74,87%, todas as outras representam apenas 25,13% deste capítulo, distribuídas por "Loteamentos e Obras" (3.692,27€), "Ocupação da Via Pública (1.554,00€), "Publicidade" (5.967,31€) e "Outros" com 1.041,50 euros.

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este conjunto com o total de 145.547,14 euros, engloba a cobrança de taxas do capítulo anterior, mas pagas por particulares, tendo no ano de 2018 registado um decréscimo de 14,97% equivalente a 25.620,91 euros. Trata-se contudo, de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, pelo que nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.

A rubrica com maior impacto é a do saneamento, cujo valor nominal é de 78.396,54 euros e que por si só representa 53,86% do total, cabendo à cobrança de taxas de loteamento e obras (22.917,18 euros), ocupação de via pública (1.556,00 euros) cabendo a outras taxas diversas (26.875,41 euros), o valor restante deste grupo.

A taxa de execução foi de 82,91% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Os Rendimentos de Propriedade com um total de 485.836,45 euros, tiveram um decréscimo de 20,45%, equivalente a 124.943,32 euros, face aos valores arrecadados no ano 2017. Esta diminuição deve-se ao facto da receita da EDP pelas rendas de concessão em 2017 terem sido arrecadados os 4 trimestres e em 2018 ter entrado a receita correspondente apenas a 3 trimestres a que



corresponde o valor de 127.944,95€ por cada período. Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da EDP pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho e ainda a renda relativa à utilização da rede de gás do Município.

Neste grupo, além do valor das rendas, regista-se a receita proveniente da participação do Laboratório Regional de Trás os Montes com 3.409,09 euros. Assim este capítulo regista uma taxa de execução de 79,34%, contribuindo assim com 4,21%, para o total da receita corrente.

Quadro das variações dos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:

<i>Descrição</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>	<i>Var. €</i>	<i>Var. %</i>
<i>Receitas</i>	<i>Receita cobrada bruta</i>			
<i>Impostos Indiretos</i>	48.775,08	60.755,54	-11.980,46	-19,72
<i>Taxas, Multas e O. Penalidades</i>	145.547,14	171.168,05	-25.620,91	-14,97
<i>Rendimentos de Propriedade</i>	485.936,45	610.879,77	-124.943,32	-20,45

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As regras legais para o cálculo das transferências anuais do Orçamento de Estado para os Municípios, são as constantes na Lei das finanças Locais (Lei 73/2013 de 3 de setembro).

Há semelhança de anos anteriores as Transferências Correntes são, dentro do domínio das receitas correntes, as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2018, representando 59,33% do total das receitas arrecadadas, e 76,44% das receitas correntes.

Assistimos assim a um aumento global de 154.955,81 euros comparativamente ao ano de 2017, representando 1,79%. O valor global é de 8.834.576,89 euros e apresenta uma taxa de execução de 97,49%.



Descrição	2018	2017	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	8.834.576,89	8.679.621,08	154.955,81	1,79
Empresas Públicas	234.452,50	255.811,89	-21.359,39	-8,35
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	8.014.196,00	7.896.204,00	117.992,00	1,49
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00	177.796,00	0	0
Participação Fixa no IRS	120.592,00	117.249,00	3.343,00	2,85
Outros	128.859,84	125.654,29	3.205,55	2,55
Serviços e Fundos Autónomos	143.310,47	92.257,74	51.052,73	55,34
Segurança Social	15.370,08	14.648,16	721,92	4,93

Não o sendo em termos percentuais, o Fundo de Equilíbrio Financeiro em termos reais, foi o que registou o maior crescimento seguido dos Serviços e Fundos Autónomos comparativamente ao ano de 2017, verificando-se também que o valor do Fundo Social Municipal não sofreu qualquer alteração e que à exceção da rubrica "Empresas Públicas" todas as outras embora que ligeira, tiveram uma variação positiva.

Na rubrica "Serviços e Fundos Autónomos", são contabilizadas apenas as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) resultante dos vários contratos celebrados com aquela entidade.

A rubrica "Outros" regista um ligeiro aumento em relação a 2017, e contempla as receitas provenientes da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (70.160,04€) inerentes às atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa, componente social e refeições do 1º ciclo e pré-escolar, do Instituto de Conservação da Natureza (13.937,14€) para o Gabinete do Fundo Florestal, e ainda 25.500,00€ da Associação de Municípios do Baixo



93

Sabor relativos ao Financiamento do Espaço Mais e 38.525,32€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. do programa BIOURB - diversidade bio construtiva transfronteiriça, edificação bioclimática e sua adaptação.

O valor registado na "Empresas Públicas", diz respeito a transferências provenientes, da EDP pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (234.452,50€), e o da rubrica "Sistema de solidariedade e Segurança Social", do Instituto da Segurança Social, I.P. com 15.370,08€ para funcionamento do CPCJ e também com valores idênticos aos de 2017.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica estão contabilizados o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento como a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, resíduos sólidos, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como as rendas de equipamentos municipais.

Estas receitas, tiveram no seu conjunto um decréscimo de 4,88%, face ao ano anterior, correspondente ao valor de 49.727,75 euros, totalizando 969.225,78 euros no final do ano, e com uma taxa de execução de 94,15%.

Descrição	2018	2017	Var. €	Var. %
<i>Receitas</i>	<i>Receita cobrada bruta</i>			
VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	969.225,78	1.018.953,53	-49.727,75	-4,88
Mercadorias	5.912,09	11.540,87	-5.628,78	-48,77
Produtos acabados intermédios-Água	256.269,86	289.976,84	-33.706,98	-11,62
Serviços sociais, recreativos e culturais	70.120,02	76.170,45	-6.050,43	-7,94
Serviços específicos das autarquias	582.893,28	572.546,40	10.346,88	1,81
Rendas	52.345,43	68.451,37	-16.105,94	-23,53
Outros	1.685,10	267,60	1.417,50	529,71



Considerando o elevado número de rubricas que integram esta variável, a maioria com variações negativas, verificamos que as rubricas com maior expressão e que influenciam a variação final negativa, tem a ver com os produtos acabados e intermédios relacionados com faturação de venda de água que cai 11,62% em relação a 2017 e as rendas que decrescem 23,53%. No sentido inverso estão os serviços específicos das autarquias, que crescem 10.346,88€ euros, rúbrica onde estão incluídas as tarifas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos sólidos.

O conjunto dos serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, regista uma variação negativa de 6.050,43 euros, equivalente a 7,94%, resultante de uma menor utilização dos espaços disponíveis ao serviço dos utentes.

As demais receitas deste capítulo são de carater residual, com destaque para as rúbricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação á primeira, e ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação á segunda.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 120.619,34€, na sua maioria relativa a receitas diversas (61.713,80€), associadas na sua maioria a valores pagos pelo Instituto dos Registos e do Notariado relativo a reembolso da energia paga pelo Município (52.450,48€) e indemnizações pagas por companhias de seguros bem como do IVA reembolsado (55.375,98€).

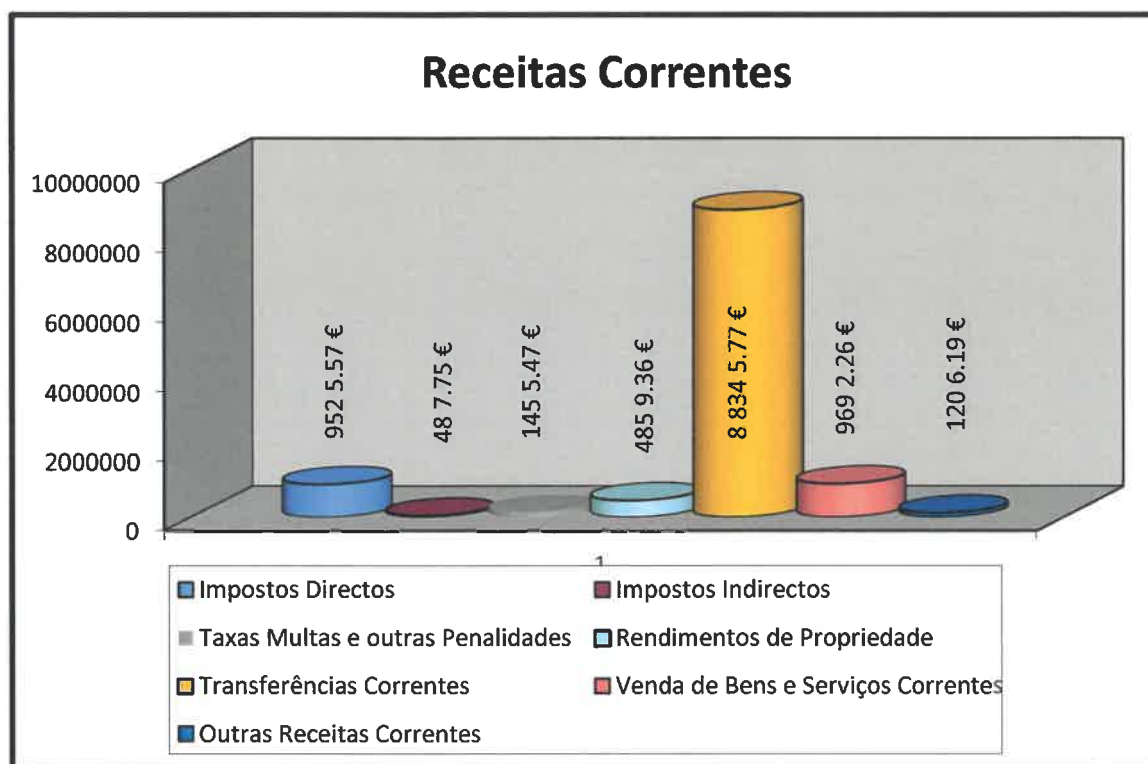


Este agregado teve uma execução de 122,38% face aos valores previstos e uma variação positiva de 23,82% comparativamente ao ano de 2017.

RECEITA TOTAL

Descrição	2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	11.653.088,79	87,93	11.676.444,05	90,47	11.557.237,52	88,47
Receita Capital	1.599.602,18	12,07	1.229.818,15	9,53	1.505.491,50	11,53
Total de Receitas	13.252.690,97	100	12.906.262,20	100	13.062.729,02	100

ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



RECEITAS DE CAPITAL

Este tipo de receitas, com exceção do FEF capital, são receitas extraordinárias, cujo recebimento sendo pontual, reveste-se de carácter não permanente, a que o município recorre para fazer face às despesas de



financiamento. Segue-se a análise do desempenho desta receita ao nível da previsão orçamental e sua cobrança bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A taxa global de execução de receitas de capital tendo em conta a inclusão do saldo da gerência anterior, situou-se em 38,9%, representando 10,1% do valor global da receita arrecadada.

Comparativamente ao ano de 2017, verifica-se um acréscimo de 22,42% na sua execução, o que corresponde a 275.673,35 euros.

Descrição	2018				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
<i>Venda de bens de investimento</i>	60.720,00 €	0 €	0	0	-
<i>Transferências de capital</i>	3.805.454,86€	1.505.491,50 €	100,00	10,11	39,56
<i>Ativos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Passivos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Outras receitas de capital</i>	40,00 €	0,00 €	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.866.214,86 €	1.505.491,50€	100,00	10,11	39,56%

A rubrica de Venda de Bens de Investimento, não registou qualquer movimento, contrariamente aos 32.924,06 euros registados em 2017, essencialmente pelo facto de alguns terrenos da Zona Industrial embora tenham já sido vendidos ainda não foi feita a escritura e conseqüente recebimento.

A rubrica de Transferências de Capital constitui a principal componente da Receita de Capital, e integra para além da receita proveniente do Orçamento de Estado - FEF Capital, que foi de 890.466,00 euros com uma variação positiva de 13.110,00 euros face a 2017, sendo o restante valor correspondente a



comparticipações de projetos e obras através de fundos comunitários que a seguir se indicam:

- ✓ Rede de Percursos Pedestres - 73.672,57 euros;
- ✓ Casa das Associações - 98.537,67 euros;
- ✓ Motoniveladora e Buldozer - 13.146,81 euros;
- ✓ Grande Rota do Douro Internacional e Douro Vinhateiro - 73.995,26 euros;
- ✓ Pavimentação do Caminho do Castelinho à Zona Industrial - 84.000,00 euros;
- ✓ Pavimentação da E.M. 593 entre Valverde e Meirinhos - 131.176,90 euros;
- ✓ Reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Urrós - 34.344,68 euros
- ✓ Agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos - 79.676,32 euros.

Os Fundos Comunitários, recebidos em 2018 no valor total de 588.550,21 euros, representam 3,95% da receita total, o que acrescido do valor do FEF Capital e a Cooperação Técnica e Financeira (26.475,29€) totalizam o valor de das Transferências de Capital que coincide também com o total da Receita de Capital arrecadada.

As restantes rúbricas que compõem este grupo "Receitas de Capital", não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros e as Outras Receitas de Capital.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

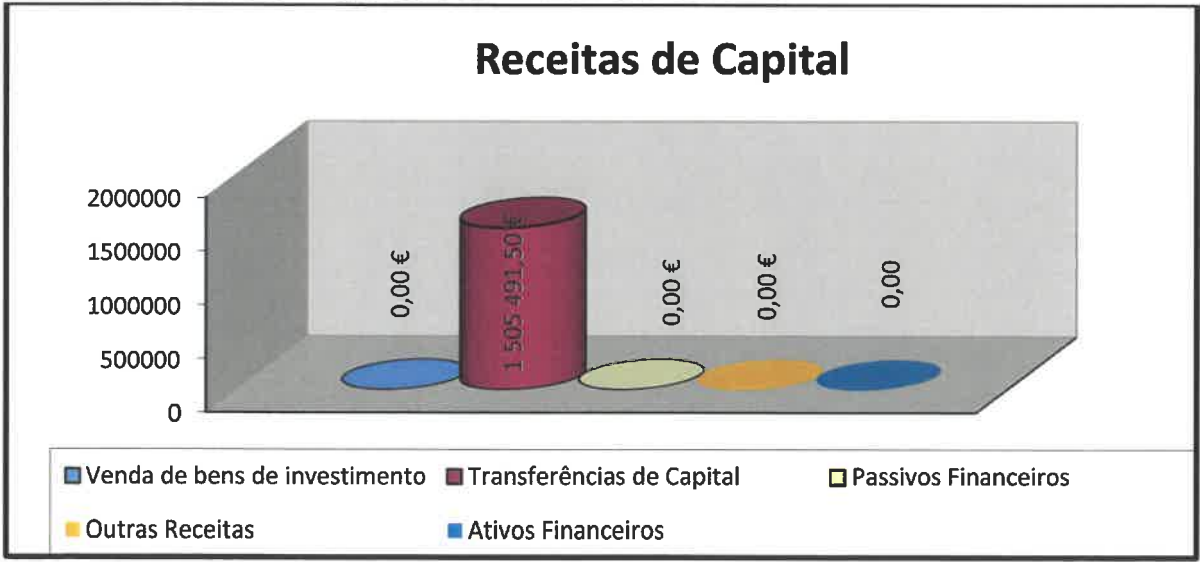


Handwritten signature in blue ink.



Da análise ao gráfico anterior, verificamos que a receita a título de **Fundos Estruturais** teve várias oscilações durante esse período, sendo que este ano pode ser o de viragem, pois houve já um acréscimo significativo em relação ao ano de 2017 e com o quadro NORTE 2020 em pleno, poderemos atingir de novo os patamares alcançados em 2011, tal é o número de candidaturas aprovadas e ou submetidas para aprovação.

ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL





1.2. DESPESA

Nos termos do POCAL, a **Despesa Total** pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

Neste relatório procuraremos abordar as três vertentes, bem como, analisa-las segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais (PAM) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

No exercício de 2018 a despesa global do Município de Mogadouro atingiu o valor de 11.935.277,95 euros. A realização ficou aquém do desejável e previsto, devido à impossibilidade de concretização de alguns projetos por razões várias, mas não pela disponibilidade financeira, até porque como mais adiante se verificará o saldo transitado para 2019 assim o comprova.

Os mapas seguintes apresentam os dados que possibilitam a avaliação, sob diferentes óticas, o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo do ano de 2018.

DESPESAS					
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	% Execução
2018	Correntes	10.057.667,00	10.057.667,00	9.288.911,15	92,36%
	Capital	7.644.078,00	7.644.078,00	2.646.366,80	34,62%
	Total	17.701.745,00	17.701.745,00	11.935.277,95	67,42%
2017	Correntes	9.917.247,00	10.017.247,00	9.262.939,37	92,47%
	Capital	7.644.633,00	6.118.633,00	4.393.596,66	71,81%
	Total	17.561.880,00	16.135.880,00	13.656.536,03	84,63%

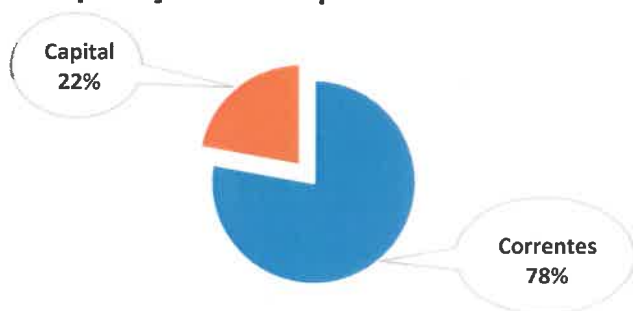
Conforme o mapa supra, as despesas correntes totalizaram 9.288.911,15 euros atingindo uma taxa de execução de 92,36%, enquanto as despesas de capital não foram além dos 2.646.366,80 euros e uma taxa de execução de 34,62%.



Handwritten signature

Comparando estes valores com os de 2017, verifica-se que a variação foi positiva na vertente corrente e negativa na vertente capital com a percentagem de execução semelhante nas primeiras e inferior nas segundas, traduzidas pelos valores de crescimento de 25.917,78€ nas despesas correntes e de decréscimo de 1.747.229,86€ nas despesas de capital. Do seu conjunto, resulta uma variação negativa total de 1.721.258,08€.

Repartição da Despesa Total - 2018



As despesas correntes assumem no total das despesas da autarquia, um peso de 77,8% em vez dos 67,83% de 2017, representando as despesas de capital um peso de 22,2%,

contra os 32,17% do ano anterior.

Para se perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as variações, estes capítulos serão posteriormente detalhados por componente da despesa.

A despesa pública consiste na aplicação dos recursos da Autarquia no pagamento de serviços, ou investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos, destinados a promover o desenvolvimento económico-social, sem esquecer, os custos da estrutura administrativa necessária à obtenção da receita.

Sendo o Município um grande consumidor de bens e serviços, acaba por impulsionar toda a economia local, estimulando o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas correntes



dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição. Tendo presentes estes conceitos, os quadros que se seguem facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançados ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte, apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2018, atingiram 3.344.863,81 euros, desagregados em execução orçamental 2.955.992,21 euros e operações de tesouraria 388.871,60 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 14.891.270,16 euros e uma percentagem de execução de 84,12%.

A taxa de execução da despesa total foi os (67,42%), o que representa uma diminuição de 12,4% em relação a 2017, registando-se também que a despesa corrente apresenta uma taxa de execução superior à da despesa de capital.

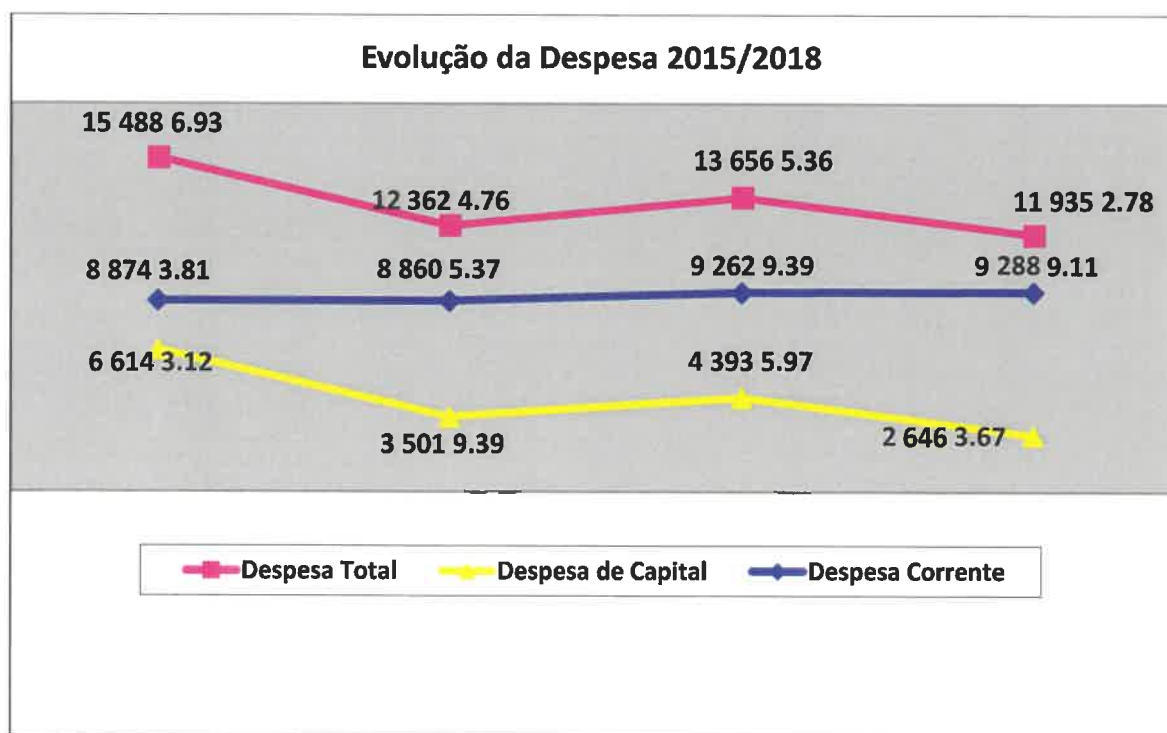
Descrição	2018				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
DESPESAS COM PESSOAL	2.778.847,00	2.706.663,82	29,14%	22,68%	97,40%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	5.757.787,00	5.131.826,09	55,25%	43,00%	89,13%
Aquisição de Bens	1.146.228,00	983.421,72	10,59%	8,24%	85,80%
Aquisição de Serviços	4.611.559,00	4.148.404,37	44,66%	34,76%	89,96%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.932,00	1.972,90	0,02%	0,02%	67,29%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	1.365.801,00	1.318.219,60	14,19%	11,04%	96,52%
Subsídios	200,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	152.100,00	130.228,74	1,40%	1,09%	85,62%
TOTAL DESP. CORRENTES	10.057.667,00	9.288.911,15	100,00%	77,83%	92,36%



O mapa que se segue, mostra-nos que a despesa corrente foi superior ao valor de 2017 em apenas 25.971,78€ correspondente a um crescimento de 0,28%, e uma taxa de execução de 92,36% e traduzido em 77,83% da despesa total.

Descrição	2018	2017	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
DESpesas COM PESSOAL	2.706.663,82	2.605.921,93	100.741,89	3,87
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	5.131.826,09	5.129.308,04	2.518,05	0,05
Aquisição de Bens	983.421,72	975.543,19	7.878,53	0,81
Aquisição de Serviços	4.148.404,37	4.153.764,85	-5.360,48	-0,13
JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.972,90	2.877,54	-904,64	-31,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.318.219,60	1.248.074,22	70.145,38	5,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.228,74	276.757,64	-146.528,90	-52,95
TOTAL DESPESA CORRENTE	9.288.911,15	9.262.939,37	25.971,78	0,28

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos:





1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2018, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

<i>Estrutura</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>
<i>DESPEAS CORRENTES</i>	<i>57,3%</i>	<i>71,7%</i>	<i>67,8%</i>	<i>77,8%</i>
<i>Despesas com pessoal</i>	<i>17%</i>	<i>21,4%</i>	<i>19,1%</i>	<i>22,7%</i>
<i>Aquisição de bens e Serviços</i>	<i>32,1%</i>	<i>39,4%</i>	<i>37,6%</i>	<i>43%</i>
<i>Juros e outros encargos</i>	<i>0,1%</i>	<i>0,1%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Transferências Correntes</i>	<i>7,8%</i>	<i>10,2%</i>	<i>9,1%</i>	<i>11%</i>
<i>Subsídios</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Outras despesas correntes</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,6%</i>	<i>2,0%</i>	<i>1,1%</i>
<i>DESPEAS DE CAPITAL</i>	<i>42,7%</i>	<i>28,3%</i>	<i>32,2%</i>	<i>22,2%</i>
<i>Aquisição de bens de capital</i>	<i>35,9%</i>	<i>20,1%</i>	<i>23,0%</i>	<i>13,3%</i>
<i>Transferências de capital</i>	<i>1,7%</i>	<i>1,8%</i>	<i>3,3%</i>	<i>2,4%</i>
<i>Ativos financeiros</i>	<i>0,6%</i>	<i>0,8%</i>	<i>0,7%</i>	<i>0,6%</i>
<i>Passivos financeiros</i>	<i>4,5%</i>	<i>5,7%</i>	<i>5,2%</i>	<i>5,8%</i>
<i>Outras despesas de capital</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>TOTAL DA DESPESA</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>

**DESPESA CORRENTE**

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância da "Aquisição de bens e serviços", que representaram 55,25% deste tipo de despesa e 43% da despesa total.

Em termos gerais, os gastos com pessoal registaram um acréscimo de 3,87% (100.741,89€), resultante do aumento verificado nas "Remunerações certas e permanentes" de 3,56% (69.024,27€), de 5,70% nos "Abonos variáveis ou eventuais" (5.165,13€) e de 4,61% nos encargos com a "Segurança Social" (26.552,49€).

De referir que contrariamente ao verificado em anos anteriores, o número de efetivos aumentou em dezembro último em 51 trabalhadores, passando assim o número de efetivos de 128 para 179, um dos motivos pelo qual se registou o aumento nas despesas com o pessoal, sendo o outro o facto de terem sido descongeladas as progressões nas carreiras.

Descrição	2018 DESPESA PAGA	2017 DESPESA PAGA	Variação €	Variação %
<i>Despesas com Pessoal</i>	2.706.663,82 €	2.605.921,93 €	100.741,89 €	3,87
<i>Remunerações Certas e Permanentes</i>	2.007.907,36 €	1.938.883,09 €	69.024,27 €	3,56
<i>Abonos Variáveis ou Eventuais</i>	95.835,62 €	90.670,49 €	5.165,13 €	5,70
<i>Segurança Social</i>	602.920,84 €	576.368,35 €	26.552,49 €	4,61

Conforme se verifica pelo mapa, todos os agregados registaram variações positivas, no entanto coube às "remunerações certas e permanentes" o maior aumento comparativamente ao ano de 2017.

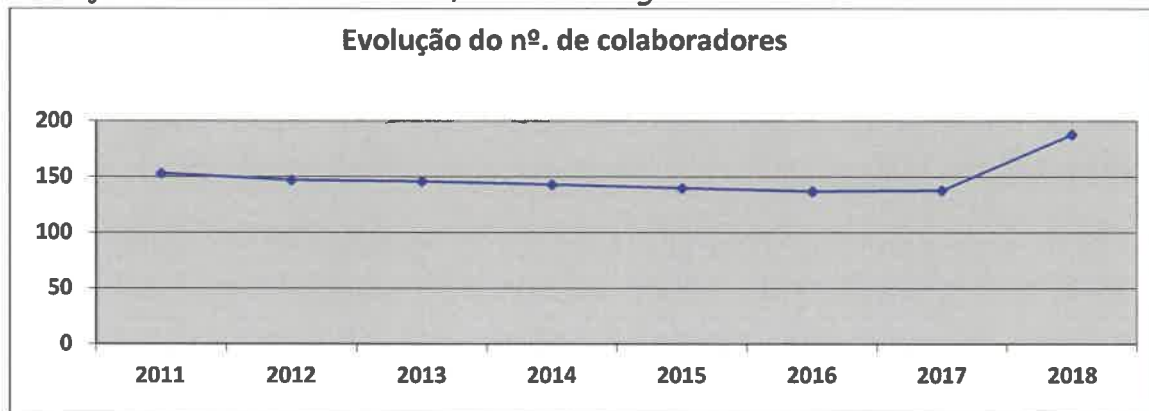
Os abonos variáveis ou eventuais registaram um acréscimo de 5.165,13 euros em relação ao ano anterior, fazendo parte deste agregado, as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas.



Handwritten signature

Estando relacionadas com os agregados anteriores, a rúbrica da "Segurança Social", mostra-nos um aumento da despesa no valor de 26.552,49 euros face ao ano anterior, cabendo aqui as contribuições da Autarquia, como entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, os seguros de pessoal e as despesas com saúde dos funcionários.

Tendo em conta os dados fornecidos no final do ano à DGAL, considerando os eleitos locais e membros do GAP, o número total de colaboradores passou de 138 para 188. De acordo com o mapa seguinte a tendência entre 2011 e 2016 foi de redução em 18 trabalhadores, tendência agora alterada.



A rúbrica "Aquisições de Bens e Serviços" é aquela que do grupo das despesas correntes, regista o maior valor, no entanto as suas rúbricas apresentam comportamento de evolução diferenciado. Enquanto a aquisição de bens sofreu um acréscimo de 7.878,53 euros, a aquisição de serviços registou um decréscimo de 5.360,48 euros.

Este grupo engloba a maioria das despesas municipais, tais como a aquisição de serviços e bens de consumo de carácter operacional como a eletricidade, as comunicações, os transportes escolares e os trabalhos especializados entre muitos outros, necessários ao funcionamento da estrutura e que permitem a prestação de diversos serviços à população geral.

Prestação de contas 2018

<i>Descrição</i>	<i>2018</i>	<i>2017</i>	<i>Variação</i>	<i>Variação</i>
<i>Despesas Correntes</i>	<i>Despesa Paga</i>	<i>Despesa Paga</i>	<i>€</i>	<i>%</i>
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.131.826,09€	5.129.308,04€	2.518,05	0,05
Aquisição de Bens	983.421,72€	975.543,19€	7.878,53	0,81
Combustíveis e Lubrificantes	339.262,09€	293.874,39€	45.387,70	15,44
Limpeza e Higiene	20.821,47€	17.739,59€	3.081,88	17,37
Alimentação- refeições confeccionadas	26.217,35€	30.443,11€	-4.225,76	-13,88
Alimentação - Géneros p/ confeccionar	46.527,61€	39.161,28€	7.366,33	18,81
Vestuário e artigos pessoais	11.196,04€	9.052,47€	2.143,57	23,68
Material de escritório	27.764,75€	34.886,25€	-7.121,50	-20,41
Produtos Químicos e farmacêuticos	33.254,09€	35.140,45€	-1.886,36	-5,37
Material de Transporte - Peças	36.980,09€	34.413,93€	2.566,16	7,46
Material de consumo hoteleiro	781,63€	3.401,25€	-2.619,62	-77,02
Outro material - Peças	13.804,98€	11.809,94€	1.995,04	16,89
Prémios condecorações e ofertas	53.575,55€	49.012,69€	4.562,86	9,31
Mercadorias para venda - Água	14.008,02€	14.416,20€	-408,18	-2,83
Ferramentas e utensílios	6.621,30€	7.609,20€	-987,90	-12,98
Material educação, cultura e recreio	13.403,15€	3.541,29€	9.861,86	278,48
Outros	339.203,60€	391.041,15€	-51.837,55	-13,26
Aquisição de Serviços	4.148.404,37€	4.153.764,85€	-5.360,48	-0,13
Encargos de Instalações	589.298,20€	626.963,26€	-37.665,06	-6,01
Limpeza e higiene	603.630,22€	542.591,19€	61.039,03	11,25
Conservação de bens	201.525,74€	339.341,59€	-137.815,85	-40,61
Locação de Edifícios	30.000,00€	30.000,00€	0	0
Locação de outros bens	85.800,09€	62.734,40€	23.065,69	36,77
Comunicações	114.554,39€	116.854,98€	-2.300,59	-1,97
Transportes	580.590,61€	614.389,64€	-34.249,03	-5,57
Representação de serviços	9.200,39€	8.019,40€	1.180,99	14,73
Seguros	50.530,02€	40.563,85€	9.966,17	24,57
Estudos, pareceres e consultadoria	89.524,39€	49.770,96€	39.753,43	79,87
Publicidade	97.439,49€	86.649,49€	10.790,00	12,45
Vigilância e segurança	145.735,04€	114.286,94€	31.448,10	27,52
Assistência técnica	48.558,39€	48.731,66€	-173,27	-0,36
Outros trabalhos especializados	615.393,90€	229.268,62€	386.125,28	168,42
Encargos de cobrança de receitas	39.640,97€	34.086,25€	5.554,72	16,30
Outros Serviços	846.982,53€	1.209.512,62€	-362.530,09	-29,97



Este quadro, discrimina os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano em análise, cujo valor global atingiu os 5.131.826,09 euros. Comparativamente ao ano de 2017, verifica-se que esta despesa aumentou 2.518,05 euros, em termos absolutos e apenas 0,05% em termos relativos.

Relativamente à "Aquisição de Bens", os pagamentos ascenderam a 983.421,72 euros, com um aumento de 0,81% e 7.878,53€ em relação a 2017, merecendo especial destaque os valores gastos com a rubrica "Combustíveis e Lubrificantes", com 339.262,09 euros, sendo a rubrica que regista mais gastos e também o maior aumento. A rubrica "Outros Bens" embora registe o valor elevado de 337.633,00 euros é a que apresenta um maior decréscimo de 51.837,55 euros. De seguida surgem os "Prémios, condecorações e ofertas" com 53.575,55 euros e a "Alimentação - Géneros para confeccionar" com 46.527,61 euros gastos na maioria com a cantina escolar.

Na rubrica "Outros Bens", está contabilizado essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras. O conjunto destas quatro rubricas representa 79 % do valor total do ano, pelo que os restantes montantes têm menor impacto na execução anual.

O conjunto das "Aquisição de Serviços", mostra um valor total de 4.148.404,37 euros registando um decréscimo ligeiro de 0,13 pontos percentuais em relação a 2017 o que embora corresponda apenas a 5.360,48 euros, traduz-se numa diminuição conforme o determina a Lei.



Apesar de registar uma forte queda em relação ao ano anterior no valor de 362.530,09 euros equivalente a 29,97%, a rubrica "Outros Serviços" continua a liderar a tabela dos gastos com 834.903,65 euros. Nela estão incluídos os custos com a iluminação pública no valor de 477.129,84€, e por se tratar de uma rubrica residual, inclui também os encargos, cujas despesas por serem de natureza diversa, não têm enquadramento próprio, designadamente os custos energéticos com as festividades no valor de 14.314,27 euros a prestação de serviços com pessoal afeto ao Espaço Mais no valor de 58.710,17 euros e ao Posto de Turismo e Centro Interpretativo no valor de 35.424,00 euros, o serviço de leitura de contadores no valor de 25.811,55 euros entre outros de menor valor como o pagamento pela presença nas mesas de voto (6.318,20€) ou o protocolo celebrado para as danças de salão com 8.820,00 euros.

Por ordem de grandeza absoluta, segue-se a rubrica de "Outros trabalhos especializados" no valor de 615.393,90 euros em que a despesa mais significativa se refere aos serviços prestados nas atividades extracurriculares (inglês, educação física e música) e que anteriormente eram pagos por "outros serviços" no valor de 277.809,00 euros; ao pagamento da análise de águas e assistência técnica das ETAR's ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes (42.043,78€) e Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade (26.066,60€) respetivamente, os serviços do Revisor Oficial de Contas (11.070,00€), aos serviços prestados na área do teatro (66.420,00€), da segurança e higiene no trabalho (16.313,42€), da arqueologia e arquivo (43.446,55€) de cozinheiras (29.562,93€) e do serviço no aeródromo (16.500,00€) entre outros de menor expressão.



Outra rúbrica que cada vez assume maior relevo nos custos anuais é a de "Limpeza e Higiene" com um total de 603.630,22€, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo.

Também a rúbrica de "Encargos com as instalações" no valor de 589.298,20€, destinados exclusivamente ao pagamento de eletricidade das instalações à EDP, continua a absorver uma grande fatia do orçamento municipal.

Por ordem de volume de custos seguem-se a rúbrica dos "Transportes" com 580.590,61€, destinados na sua maioria ao pagamento dos transportes escolares; a "Conservação de bens" com 201.525,74€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis; a "Vigilância e segurança" no valor de 145.735,04€ onde se enquadram as despesas com a segurança dos edifícios municipais e as "Comunicações" com 114.554,39€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet.

Comparativamente a 2017 destaca-se a variação positiva de 39.753,43€ dos "Estudos, pareceres, projetos e consultadoria" com destaque para o serviço de assessoria jurídica prestada ao município. Há ainda outras rúbricas com valores menos significativos, como as despesas com "Seguros" relativos a equipamentos municipais no valor de 50.530,02€, os "Encargos de Cobrança de Receita" que foram de 39.640,97 euros destinados ao pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2018, com o exercício de 2017, verifica-se relativamente à aquisição de bens o comportamento expresso a seguir,

por sub rúbricas económicas, onde muitas sofreram aumentos e outras diminuições consideráveis, tendo em conta o valor:



Combustíveis e Lubrificantes - 15,44%
Material de educação, cultura e recreio- 278,48%
Alimentação - Géneros p/ confeccionar - 18,81%
Prémios condecorações e ofertas - 9,31%

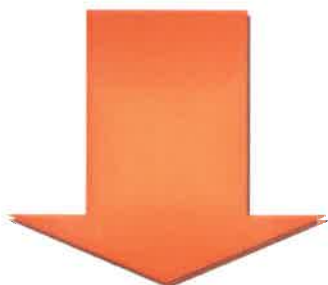


Outros Bens - 13,26%
Material de escritório - 20,41%
Alimentação - refeições confeccionadas - 13,88%
Material de consumo hoteleiro - 77,02%

Quanto à aquisição de serviços, mostram-se os decréscimos e acréscimos mais significativos por ordem de valor:



Outros trabalhos especializados - 168,42%
Limpeza e higiene - 11,25%
Estudos, pareceres e consultadoria - 79,87%
Locação de outros bens - 36,77%



Outros Serviços - 29,97%
Conservação de bens - 40,61%
Encargos de instalações- 6,01%
Transportes - 5,57%

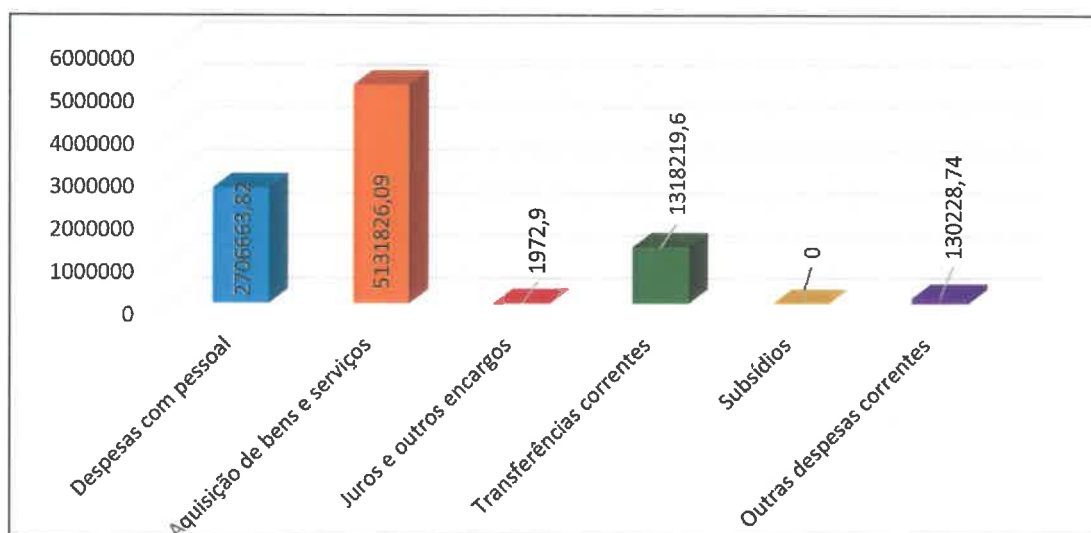


Pela análise ao quadro seguinte, verificamos que com exceção ao ano de 2017, este agregado tem tendência a aumentar face a anos anteriores pelo facto de ser necessário conservar e reparar o património municipal que ano após ano vai aumentando.

Descrição	2015	2016	2017	2018
Aquisição de Bens	990.290,02	829.797,98	975.543,19	983.421,72
Aquisição de Serviços	3.986.258,68	4.043.020,02	4.153.764,85	4.148.404,37
Total	4.976.548,70	4.872.818,00	5.129.308,04	5.131.826,09

As Despesas Correntes, no valor global de 9.288.911,15€, representam 77,8% do total da despesa paga no ano, e é refletida por rúbricas agregadas no gráfico que se segue.

Despesas Correntes



JUROS E OUTROS ENCARGOS

A rubrica de Juros e Outros Encargos inclui o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo (496,01€), os encargos com garantias bancárias 1.398,04€ e ainda 78,85€ de outros encargos á banca.



No seu conjunto foram pagos apenas 1.972,90 euros representando um decréscimo de 31,44% em relação ao ano de 2017, resultante essencialmente da redução da dívida de médio e longo prazo, que tem vindo a cair ano após ano.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Descrição	2018	2017	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.318.219,60	1.248.074,22	70.145,38	5,62
Administração Central Estado	7.500,00	5.000,00	2.500,00	50,00
Administração Local	592.922,02	594.010,64	-1.088,62	-0,18
Municípios	26.625,14	21.049,30	5.575,84	26,49
Freguesias	411.858,00	413.474,78	-1.616,78	-0,39
Associação de Municípios	154.438,88	159.486,56	-5.047,68	-3,16
Segurança Social	2.992,80	2.992,80	0	0
Instituições Sem Fins Lucrativos	413.832,87	406.075,10	7.757,77	1,91
Famílias	300.971,91	239.995,68	60.976,23	25,41

As transferências correntes para outras entidades, são o reflexo da política de intervenção municipal, integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipais, têm o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento desportivo, cultural, e social sendo estas importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia, para financiamento das suas despesas correntes.

As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2018, totalizaram 1.318.219,60 euros, valor superior ao do ano anterior em 5,62% e correspondente ao valor de 70.145,38 euros, e nelas são registadas as despesas destinadas a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal, bem como as verbas a título de apoio ao associativismo e ao apoio aos estratos sociais desfavorecidos.



Handwritten signature and initials in blue ink.

É também aqui que se inscrevem, os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia e Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com essas entidades, bem como as transferências para a Administração Central Estado (que reflete o Agrupamento de Escolas de Mogadouro) e famílias.

Esta rubrica corresponde a 14,19 % da despesa corrente paga e a 11% da despesa total, e teve uma execução de 96,5%, tendo em conta os montantes orçamentados.

Deste agregado e relativamente ao ano anterior, a rúbrica "Famílias" é aquela que regista o maior aumento no valor de 60.763,23€ e o total de 300.971,91€, resultante do número de pessoas recrutado ao Centro de Emprego que por indicação do SATAPOCAL é por esta rúbrica que são pagos os trabalhadores que se encontram ao serviço do município, ao abrigo dos contratos de emprego e inserção no valor de 219.592,96€, o apoio concedido para a sanidade animal (49.632,15€), para a aquisição dos livros escolares (6.684,29€), para medicamentos 13.351,51€ para além de outros apoios concedidos como o do arrendamento.

É, no entanto, a rúbrica da "Administração Local" que regista o maior valor, sendo que do total (592.922,02€), as Freguesias levam a maior fatia (411.858,00€) para cumprimento dos acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, que pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre as partes, as Associações de Municípios levam 154.438,88€ e destinam-se a suportar as despesas de funcionamento das várias associações de que o município faz parte, cabendo o restante para os Municípios (26.625,14€ destinados à gestão do canil intermunicipal e 7.500,00 para o Agrupamento de escolas.



O valor das transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos regista também um acréscimo em relação ao de 2017 de 7.757,77€ e destinam-se ao apoio concedido no valor global de 413.832,87€, às entidades de índole cultural, desportivo e humanitário e que desenvolvem atividades com interesse municipal.

DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.

Nesta componente da despesa de capital, no ano 2018, o valor final orçamentado foi de 7.644.078,00€, dos quais foram pagos 2.646.366,80€, o que correspondeu a uma execução de 34,6%.

Descrição	2018				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Aquisição de bens de Capital	6.251.994,00€	1.582.448,51€	59,80	13,26	25,31
Transferências de Capital	594.387,00€	292.105,13€	11,04	2,45	49,14
Ativos Financeiros	99.531,00€	74.648,25€	2,82	0,62	75,00
Passivos Financeiros	697.166,00€	697.164,91€	26,34	5,84	100
Outras Despesas de Capital	1.000,00€	0,00€	0	0	0
TOTAL DESPESAS CAPITAL	7.644.078,00€	2.646.366,80 €	100,00	22,17	34,62
TOTAL DA DESPESA	17.701.745,00 €	11.935.277,95 €			67,42

A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital - Valor de investimento e que, excluindo o valor do Fundo de Apoio Municipal e a eficiência energética na iluminação pública na Terra Fria do Nordeste Transmontano, coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a



aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.

No grupo das **despesas de capital**, a aquisição de bens de capital sofreu um decréscimo de 1.552.568,88€ o que corresponde a 49,52% face a 2017, refletido na diminuição do peso percentual desta rubrica no neste tipo de despesa (de 71,35% em 2017, para 59,80% em 2018), diminuindo também a sua importância relativa na despesa total (de 22,96%, em 2017, para 13,26%, em 2018).

Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, e das transferências de capital.

Com exclusão dos Passivos Financeiros e relativamente ao ano anterior, tendo em conta os valores pagos, o mapa seguinte mostra uma diminuição da despesa de capital no valor de 1.738.745,43€, justificado pelo atraso verificado na execução de algumas obras e não pela disponibilidade financeira como o comprova o saldo final em tesouraria.

Descrição	2015		2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	5.556.249,73	93,98	2.480.927,06	88,69	3.135.017,39	85,01	1.582.488,51	81,18
Transferências de Capital	256.369,76	4,34	216.811,22	7,75	453.439,03	12,29	292.105,23	14,99
Ativos Financeiros	99.531,00	1,68	99.531,00	3,56	99.531,00	2,70	74.648,25	3,83
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento Global	5.912.150,49	100	2.797.269,28	100	3.687.987,42	100	1.949.241,99	100

**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 1.582.488,51€, os compromissos assumidos tenham sido de 3.372.364,55€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, ter assim uma execução muito superior e ainda transitar com saldo.

Investimento Direto

Descrição	2015		2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	9.688,64	0,17	2.575,80	0,10	6.740,00	0,21	2.419,50	0,15
Habitação	0,00	0,00	18.450,00	0,74	36.900,00	1,18	0,00	0,00
Edifícios	728.529,19	13,11	498.469,11	20,09	126.860,60	4,05	155.004,84	9,80
Construções Diversas	3.864.714,81	69,56	1.544.130,49	62,24	2.656.157,88	84,73	1.130.395,07	71,43
Material de Transporte	301.993,70	5,43	45.006,50	1,82	61.767,00	1,97	79.945,51	5,05
Maquinaria e Equipamento	477.055,99	8,59	241.904,79	9,75	189.422,28	6,04	161.081,07	10,18
Outros	174.267,40	3,14	130.390,37	5,26	57.169,63	1,82	53.602,52	3,39
Investimento Direto	5.556.249,73	100,00	2.480.927,06	100,00	3.135.017,39	100,00	1.582.448,51	100,00

Mais uma vez constata-se que o maior investimento ocorre na rúbrica das "Construções diversas" que por si só assume 71,43% o que corresponde ao valor de 1.130.395,07€. Deste bolo destacam-se o investimento na construção da variante da Zona Industrial ao IC5, a sinalização e construção de percursos pedestres no concelho.



Handwritten signature in blue ink.

O segundo item em termos globais que apresenta o maior valor é do "Equipamento diverso", e diz respeito a aquisição de equipamento informático Hardware e Software bem como bombas de água, mobiliário entre outras.

A rúbrica designada por "Edifícios", com um total de 155.004,84 euros diz respeito exclusivamente à remodelação do edifício do ex Banco Pinto & Sotto Mayor para a Casa das Associações.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano de 2018, o Município reduziu significativamente o valor das transferências de capital em 161.333,90 euros face a 2017, o que corresponde a uma diminuição de 35,58%. Assim o montante total de 292.105,13 euros gasto nesta rúbrica contempla as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades.

Estas transferências têm um peso de 11,04% no total da despesa de capital paga e de 2,45% da despesa total.

Descrição	2018	2017	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	292.105,13	453.439,03	-161.333,90	-35,58
Privadas	117.794,00	67.418,00	50.376,00	74,72
Freguesias	33.701,78	62.184,01	-28.482,23	-45,80
Associação de Municípios	27.468,99	22.160,00	5.308,99	23,96
Segurança Social	38.984,31	106.727,87	-67.743,56	-63,47%
Instituições Sem Fins Lucrativos	67.148,00	111.043,95	-43.895,95	-39,53
Famílias	7.008,05	83.905,20	-76.897,15	-91,65

O valor constante na rúbrica "Privadas", regista um forte acréscimo face a 2017, e diz respeito a 50% do apoio à criação de 47 novos postos de trabalho



[Handwritten signature]

concedidos a empresas e ainda ao pagamento de 25% de 9 apoios concedidos em anos anteriores no valor total de 117.794,00 euros

O valor pago às Juntas de Freguesia num total de 33.701,78 euros sofreu um decréscimo face ao ano anterior resultante do menor número de protocolos celebrados com estas entidades.

Também a rubrica da Segurança Social, regista valores inferiores a 2017, sendo que o montante de 38.984,31€ foi exclusivamente para a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro para cumprimento de protocolo de índole social celebrado com aquela instituição.

O valor constante na rubrica "Instituições sem fins lucrativos" regista também um decréscimo, com um total de 67.148,00 euros, resultante de apoios concedidos à Associação de Bombeiros para aquisição de uma viatura de combate a incêndios (23.373,00€), a 6 Fábricas de Igreja do Concelho para obras de melhoramento em igrejas e capelas (41.275,00€) e apoio a criação de unidade de extração de mel (2.500,00€) concedidos á Associação de Apicultores.

O valor relativo às transferências efetuadas para as "Famílias" num total de 7.008,05 euros embora inferior ao do ano anterior, contribui para o apoio à melhoria de 3 habitações de famílias carenciadas.

ATIVOS FINANCEIROS

O valor pago no ano 2018, relativamente à rubrica de ativos financeiros está associada à obrigatoriedade da comparticipação do Município para o FAM - Fundo de Apoio Municipal de acordo com a lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

O valor total que o Município tinha a pagar ao longo de 7 anos era de 696.718,98 euros o que correspondia a 99.531,00€, euros por ano. Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2018 foi alterado o artigo 19 da Lei já



citada, em que estabelece que em 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor é reduzido em 25%, 50%, 75% e 100% respetivamente face ao valor da prestação anual, pelo que em 2018 foram pagos 74.648,25€, motivo pelo qual reduz 25% comparativamente ao ano de e o ano de 2018.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os gastos incorridos com os "Passivos financeiros", num total de 697.164,91 euros, representam 26,34% do total das despesas de capital em 2018, tendo diminuído 8.444,33 euros face a 2017 e dizem respeito exclusivamente às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município com um registo na redução gradual do serviço da dívida anual, explicada pela redução das taxas de juros e principalmente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

Descrição	2015		2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	702.161,22	97,68	704.669,69	99,20	705.609,24	99,81	697.164,91	99,93
Encargos Financeiros	16.700,64	2,32	5.677,43	0,80	1.355,64	0,19	496,01	0,07
Serviço de dívida	718.861,86	100,0	710.347,12	100,0	706.964,88	100,0	697.660,92	100,0

Durante o ano de 2018 terminaram dois contratos, sendo que no final, o município tem contratado e em dívida 11 empréstimos, desagregados da seguinte forma:

- Caixa Geral de Depósitos - CGD - (9): 956.649,33 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo - CCAM - (2): 547.339,50 euros.



g.b.

Como sempre o Município de Mogadouro, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não havendo qualquer imparidade com as entidades financeiras.

Tendo como referência o ano de 2010, o Município reduziu neste período a dívida em mais de 78,87% o equivalente a 5.615.175,65 euros, como pode ser constatado através da informação do mapa seguinte. Esta situação, traduz o esforço significativo que foi feito em termos de redução do serviço de dívida da Autarquia, podendo afirmar-se que a situação atual está perfeitamente controlada.

<i>Evolução dos empréstimos bancários</i>			
<i>Ano</i>	<i>Valor em dívida</i>	<i>Variação (€)</i>	<i>Variação (%)</i>
<i>2010</i>	<i>7.119.164,48</i>		
<i>2011</i>	<i>6.663.620,24</i>	<i>455.544,24</i>	<i>6,40</i>
<i>2012</i>	<i>5.881.685,39</i>	<i>781.934,85</i>	<i>11,73</i>
<i>2013</i>	<i>5.013.100,11</i>	<i>868.585,28</i>	<i>14,77</i>
<i>2014</i>	<i>4.313.593,89</i>	<i>699.506,22</i>	<i>13,95</i>
<i>2015</i>	<i>3.611.432,67</i>	<i>702.161,22</i>	<i>16,28</i>
<i>2016</i>	<i>2.906.762,98</i>	<i>704.669,69</i>	<i>19,51</i>
<i>2017</i>	<i>2.201.153,74</i>	<i>705.609,24</i>	<i>24,27</i>
<i>2018</i>	<i>1.503.988,83</i>	<i>697.660,92</i>	<i>31,70</i>

O capítulo das "Outras despesas de capital" não regista qualquer movimento.

O gráfico que a seguir se apresenta mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos.

De acordo com o POCAL, os documentos previsionais das autarquias são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende

seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:



O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que, pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.



Repartição por funções - 2018

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2018				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
1.	Funções Gerais	721.411,44	100,0%	15,11%
1.1.1.	Administração geral	446.236,10	61,86%	9,35%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	275.175,34	38,14%	5,76%
2.	Funções Sociais	1.371.748,89	100,0%	28,72%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	7.500,00	0,55%	0,16%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	20.820,48	1,52%	0,44%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	4.511,36	0,33%	0,09%
2.3.2.	Ação social	156.948,98	11,44%	3,28%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	783.978,13	57,15%	16,42%
2.4.2.	Ordenamento do território	43.828,77	3,19%	0,92%
2.4.3.	Saneamento	90.194,70	6,57%	1,89%
2.4.4.	Abastecimento de água	68.393,17	4,99%	1,43%
2.4.5.	Resíduos sólidos	581.561,49	42,40%	12,18%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	0	0	0
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	397.989,94	29,01%	8,33%
2.5.1.	Cultura	293.635,60	21,40%	6,15%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	104.354,34	7,61%	2,18%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	0	0	0
3.	Funções económicas	1.348.731,90	100,0%	28,24%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,0%	0,0%
3.2.	Indústria e energia	129.502,28	9,60%	2,71%
3.3.1.	Transportes rodoviários	750.480,01	55,65%	15,71%
3.4.1.	Mercados e Feiras	89.575,00	6,64%	1,88%
3.4.2.	Turismo	379.174,61	28,11%	7,94%
4.	Outras Funções	1.333.824,28	100,0%	27,93%
4.1.1.	Empréstimos	697.739,77	52,31%	14,61%
4.2.	Transferência entre Administrações	636.084,51	47,69%	13,32%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
TOTAIS		4.775.716,51	100,0%	100,00%



Da análise ao quadro anterior constata-se, na ótica da despesa paga (4.775.716,51€), que o final do período em análise a taxa de execução das GOP's foi de 47,82%. No final do ano 2017, o nível de execução foi de 77,27%.

1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos

A execução do PPI demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas, assumem este ano a maior percentagem do bolo do PPI com um valor global de 948.391,49 euros que corresponde a 56,83% do bolo geral, inferior ao ano de 2017 em 222.024,01€. Nesta função destacam-se as empreitadas das obras inerentes á rubrica "Transportes Rodoviários", designadamente a "Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5" com 471.610,29€, a "Sinalização" com 159.183,17€ e os "Arruamentos do Concelho" com 82.625,94.

FUNÇÕES GERAIS

O valor das Funções Gerais, apresenta um acréscimo de 36.243,02€ comparativamente ao ano de 2017, surgindo em segundo lugar com um total de 495.485,18 euros e representa 29,69% do total, sendo que a Administração Geral absorveu 445.886,10€ e a Proteção Civil e luta contra incêndios 49.599,08 euros. Neste grupo é de destacar o investimento efetuados na Casa das Associações (127.604,85€), e o Fundo de Emergência Minimizar os impactos ambientais no valor de 49.399,18€, a aquisição de viaturas (76.126,59€), e ainda a aquisição de equipamento administrativo e básico onde se enquadram as despesas com bombas

de água, aparelhos de ar condicionado entre outras e ainda o equipamento informático e outro necessário ao regular funcionamento da instituição.

Cabe também neste grupo o valor de 74.648,25€, transferido por imposição legal, para o Fundo de Apoio Municipal.

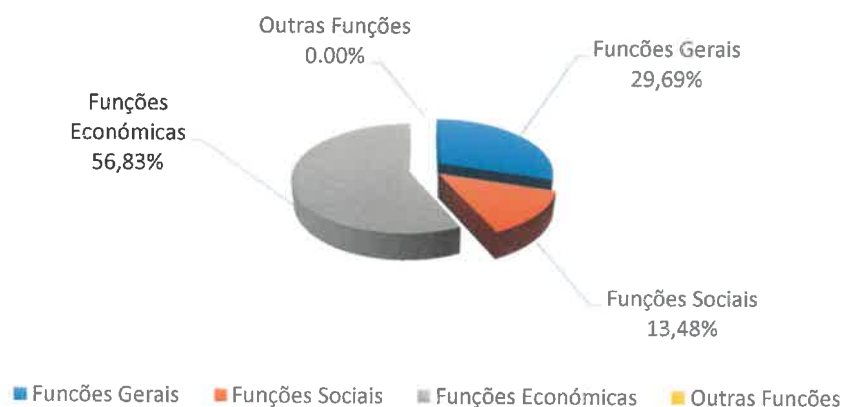
FUNÇÕES SOCIAIS

As Funções Sociais surgem este ano em último lugar com um total gasto de 224.928,37 euros, que representam 13,48% do total e um enorme decréscimo em relação a 2017 (1.379.962,36€), especialmente motivado de no ano transato se ter gasto no abastecimento de água e saneamento respetivamente os valores de 1.281.102,39€ e 146.530,82€ contra os 68.393,17€ e 90.194,70€ do ano em curso.

Este grupo contempla investimentos em várias áreas, sendo a obra de "Unificação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas de Mogadouro", aquela que maior valor regista (85.111,90€), e a diferença diluída por diversos projetos de menor valor que estão em execução ou em fase de conclusão.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:

Repartição Funcional do P.P.I. - 2018





1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

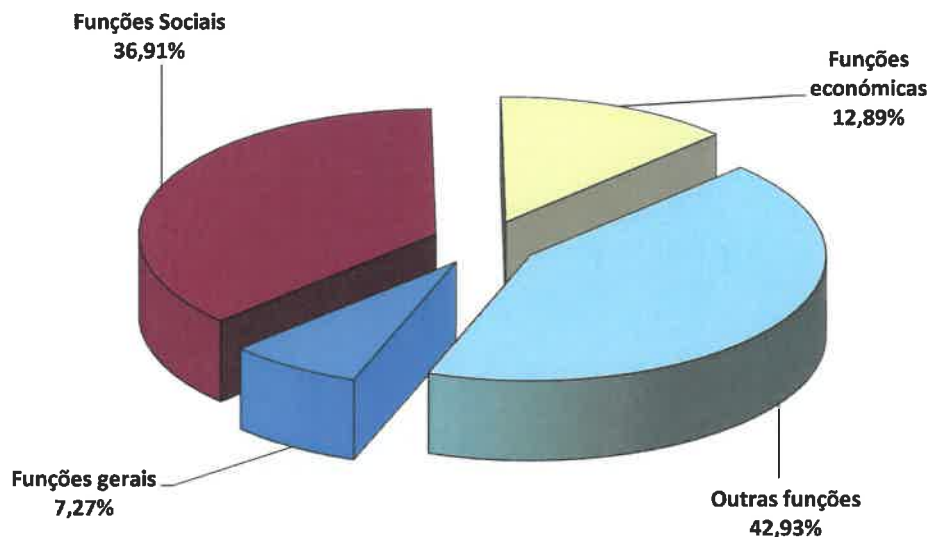
A dotação da despesa prevista em *Plano de Atividades Municipais - PAM* (dotação inicial), ascendia a **3.633.973,00€**, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

Ao longo do ano, sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas e outras, entretanto, surgidas.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do PAM fosse no final do ano de **3.610.841,00€**, atingindo no final do ano, uma taxa de execução de 86,04% e que corresponde ao valor de 3.106.911,47€, registando-se assim um decréscimo de 41.543,34€, comparativamente ao ano anterior.

O gráfico seguinte, mostra a execução da despesa do PAM por classificação funcional ao longo do ano de 2018.

Repartição funcional do P.A.M - 2018



Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2018, foi o grupo das "Outras funções", onde se destaca a rubrica de "operações de dívida autárquica" com pagamentos de 697.739,77€ e as "Transferências entre Administrações" no



total de 636.084,51€, onde se inserem as transferências efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, conforme mapa seguinte:

<i>Transferência para as Juntas de Freguesia</i>			
<i>Entidades</i>	<i>Transferências</i>		
<i>Freguesias</i>	<i>Correntes</i>	<i>Capital</i>	<i>Total</i>
<i>Azinhoso</i>	<i>21.021,00</i>		<i>21.021,00</i>
<i>Bemposta</i>	<i>36.621,00</i>		<i>36.621,00</i>
<i>Bruçó</i>	<i>10.027,00</i>		<i>10.027,00</i>
<i>Brunhoso</i>	<i>11.367,00</i>		<i>11.367,00</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>24.421,00</i>		<i>24.421,00</i>
<i>Castro Vicente</i>	<i>21.661,00</i>		<i>21.661,00</i>
<i>Meirinhos</i>	<i>15.474,00</i>		<i>15.474,00</i>
<i>Paradela</i>	<i>12.774,00</i>		<i>12.774,00</i>
<i>Penas Roias</i>	<i>22.501,00</i>		<i>22.501,00</i>
<i>Peredo de Bemposta</i>	<i>13.414,00</i>		<i>13.414,00</i>
<i>Saldanha</i>	<i>17.101,00</i>		<i>17.101,00</i>
<i>São Martinho do Peso</i>	<i>29.688,00</i>		<i>29.688,00</i>
<i>Travanca</i>	<i>12.814,00</i>		<i>12.814,00</i>
<i>Tó</i>	<i>9.487,00</i>		<i>9.487,00</i>
<i>Urrós</i>	<i>17.094,00</i>		<i>17.094,00</i>
<i>Vale da Madre</i>	<i>8.747,00</i>		<i>8.747,00</i>
<i>Vila de Ala</i>	<i>19.501,00</i>		<i>19.501,00</i>
<i>União de Freguesias, de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane</i>	<i>20.461,00</i>		<i>20.461,00</i>
<i>União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei</i>	<i>40.462,00</i>	<i>33.701,78</i>	<i>74.163,78</i>
<i>União de Freguesias de Remondes e Soutelo</i>	<i>24.361,00</i>		<i>24.361,00</i>
<i>União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo</i>	<i>22.861,00</i>		<i>22.861,00</i>
<i>Ministério das Finanças</i>	<i>12.988,69</i>		<i>12.988,69</i>
TOTAIS	424.846,69	33.701,78	458.528,47



[Handwritten signature]

De referir o valor de 12.883,54 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do n.º.1 do artigo 23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos.

Em segundo lugar com 1.146.820,82€ e uma taxa de execução de 78,54%, surgem as "Funções Sociais", onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ações sociais, a Habitação e serviços coletivos e a Cultura, refletindo um decréscimo de 27.194,39€ em relação a 2017.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos onde se inserem os "resíduos sólidos" relativos á limpeza e recolha de lixo que por si só totalizam 579.091,72€ e correspondem a 50,50% deste agregado, os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" com 389.379,29€ desagregada pelos setores da "Cultura" 293.635,60 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 210.644,05€ e pelo "Desporto, Recreio e Lazer" com 95.743,69€ onde se destacam as despesas pagas como o XV encontro de anciãos no valor de 24.096,29€ e o programa "Red Burros", com 30.027,87€ as diversas atividades desportivas realizadas ao longo do ano com 13.837,46€ euros gastos. Para a "Ação Social" foram canalizados 156.948,98€, destinados na sua maioria ao funcionamento do Espaço Mais com 68.861,00€ e ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS no valor de 41.977,11€, bem como o apoio concedido a famílias carenciadas para compra de medicamentos (13.351,51€), para habitação social no valor de 7.377,05€ e outros no valor de 10.969,85€, onde se enquadram o apoio às rendas de habitação ou os cabazes de Natal entregues.

As "Funções Económicas", com 400.340,41€ surgem em terceiro lugar do total gasto (12,89%) e com uma taxa de execução de 83,50% e valor superior em



cerca de 30.000,00 euros em relação a 2017. Deste volume, destacam-se os pagamentos no montante de 117.794,00€ do grupo "Indústria e Energia" destinados ao apoio á criação de emprego e 282.546,41€ do grupo "Comércio e Turismo", cuja repartição e por ordem de grandeza foi gasto com o festival da Terra Transmontana (63.620,37€) com a promoção da Feira dos Gorazes através da Associação de Comerciantes com a atribuição de 75.000,00 euros, com o Planeamento, promoção e divulgação turística (60.392,24€) e com a Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor (43.972,57€).

As "Funções Gerais" surgem em último lugar com um total de 225.926,26€, o que representa 7,27% do total do Plano das Atividades Municipais. O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 98,81%, excecionando os 350,00€ gastos com a geminação com Ploumagoar, foi transferido na totalidade para os Bombeiros Voluntários de Mogadouro para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 108.201,41 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 117.374,85 euros.

2. ENDIVIDAMENTO

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

Limites Legais

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental. Cada subsetor, no caso a Administração Local, deve contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.



No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira.

A entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de dívida total de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (n.º 2 do art.º 52.º da referida LFL).

Estabelece o n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que "a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite



previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Também o Orçamento do Estado de 2018, Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro no seu n.º 3 do artigo 93.º, estabelece que no caso de incumprimento, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No entanto, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do n.º 1 do art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

- a) Os serviços municipalizados e inter municipalizados;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;
- c) As empresas locais e participadas;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

Ora, no caso do município de Mogadouro e depois de analisados os dados da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, nomeadamente, os que constam da Ficha do Município no Portal Autárquico, retratamos no quadro seguinte, o limite de endividamento do município para o ano de 2018:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2015	2016	2017	Total		
11.094.851€	11.651.553€	11.461.833€	34.208.237€	11402.746€	17.104.118,58€

Sendo a capacidade de endividamento de 17.104.118,58€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2018	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
17.104.119	01 - janeiro - 2018				
	3.189.530	232.317	2.494.287	14.609.832	2.921.966
	31 - dezembro - 2018				
	2.113.191	257.014	1.906.686	15.197.433	3.039.487
Variação da dívida total					-23,56%

Tendo em conta o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 257.014 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 15.197.433€ (17.104.119 - 1.906.686).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, podemos aumentar a dívida em 3.039.487€ (15.197.433€ x 20%).

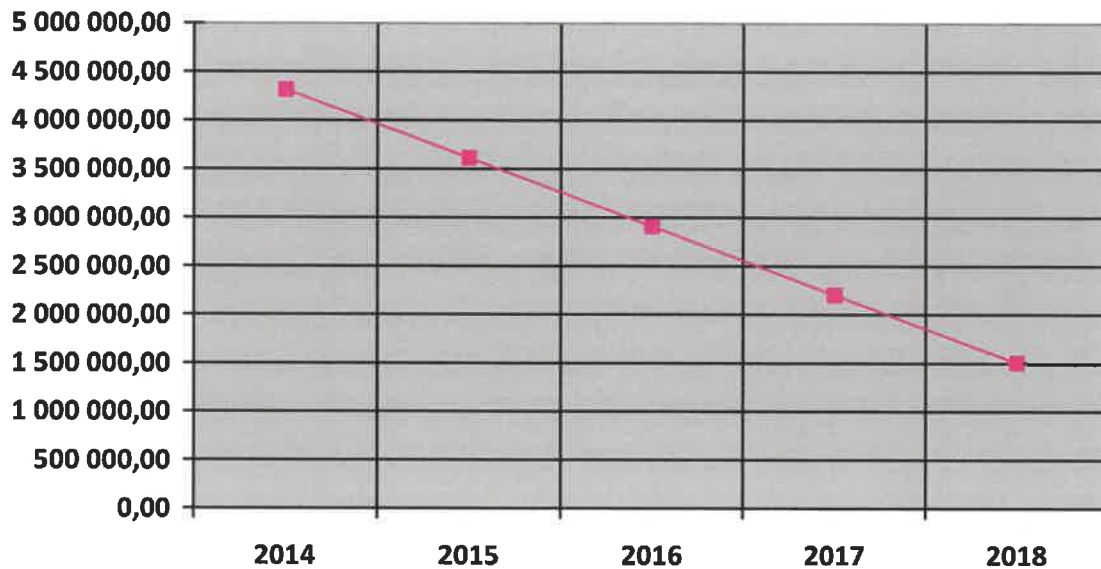
Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP

Gerência	2014	2015	2016	2017	2018
Total Capital em dívida de MLP	4.313.593,89	3.611.432,67	2.906.792,98	2.201.153,74	1.503.988,83

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2014 e 2018, foram amortizados 2.809.605,06€, tendo o endividamento de MLP, reduzido cerca de



65%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda acentuada.



Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 1 de janeiro de 2018, de acordo com os mapas da DGAL (Mapa de pagamentos em atraso), a 51.106,81€. A 31 de dezembro de 2018, os mesmos mapas indicam que a dívida era de 129.546,37€. Embora se registre um aumento considerável, não foi por falta de disponibilidade financeira que a mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços competentes, na conferência dos documentos.

Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O **prazo médio de pagamentos** divulgado pela DGAL, relativo ao último trimestre de 2018, foi de 12 dias, o que significa um aumento de 6 dias face a 31 de dezembro de 2017.



3. Despesas com o Pessoal

As Leis de Orçamento de Estado, dos últimos anos, têm vindo a definir os limites das despesas com o pessoal.

De acordo com informação da DGAL, na ficha do Município relativa ao 4.º trimestre de 2018, o aumento de pessoal ao serviço foi de 37,31%, o que correspondeu o acréscimo de 50 colaboradores. O nº de colaboradores a 31 de dezembro de 2018 passou a ser de 184, e custos passaram de 2.693.305,00€ em 2017 para 2.787.828.00€ em 2018.

4. Poupança Corrente

A poupança corrente cifrou-se em 2.268.326,37€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal *Receitas Correntes/Despesas Correntes*, que regista o resultado de 124,42%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes".

Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere "a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo".

<i>Receita Corrente Cobrada Bruta</i>	<i>Despesa Corrente 2018</i>	<i>Amortização Média de Empréstimos MLP</i>	<i>Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP</i>
11.557.237,52€	9.288.911,15€	685.751,31€	9.974.662,46€



V - ANÁLISE PATRIMONIAL

1. Evolução da Situação Económica e Financeira

O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data. Para melhor compreensão destes indicadores, tal exercício deverá ser efetuado em articulação com as demonstrações financeiras e respetivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados. Todas as peças constantes no presente documento foram elaboradas nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL, de modo a facultar o conhecimento integral e exato da composição do património, bem como dos direitos e obrigações da autarquia. Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

1.1. Análise ao Balanço

O balanço, enquanto documento contabilístico de base financeira, espelha a situação patrimonial da Autarquia à data do fecho de contas. Nesse âmbito, e de modo a facilitar análise das três massas patrimoniais que o compõe, nomeadamente o ativo, os fundos próprios e o passivo, apresentam-se de seguida alguns elementos elucidativos, todos eles elaborados com base no balanço sintético do Município. O sistema contabilístico que, em termos de estrutura e de



93'

mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos. Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- *Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;*
- *Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;*
- *Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;*
- *Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;*
- *Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento*
- *Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços.*

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- *Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando*



apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;

➤ *Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;*

➤ *Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.*

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os ativos, os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os ativos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia. Assim temos:

Um decréscimo de 6,1% do **Ativo Total**, resultado da componente **Imobilizado** que decresceu 7,72%, e o **Ativo Circulante** que cresceu 31,98%.

O **Imobilizado** composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente e não destinados a venda, representa 94,95% do **Ativo**, e o **ativo Circulante** 5,05%;

No âmbito do **Ativo Imobilizado**, as imobilizações

Repartição do Ativo Liquido - 2018

3 742 840,35;
5,05%70 356 983,83;
94,95%

■ Ativo Imobilizado ■ Ativo Circulante

corpóreas, continuam a assumir o maior peso percentual (59,61%), tendo apresentado uma variação negativa de 6,21%, face a 2017, sendo que 78,52% deste tipo de imobilizado corresponde a "edifícios e outras construções" e 15,46% a "terrenos e recursos naturais".

Em termos de importância e ainda no contexto do imobilizado, seguem-se os bens do domínio público, com 38,07%, constituídos na maioria por "outras construções e infraestruturas" (94,46% e por "imobilizações e curso" (2,93%), as quais no seu todo, apresentaram um decréscimo de 11,43%.

As Imobilizações Incorpóreas baixaram 14,43% e representam 0,15% do total, tendo-se passado o contrário com os investimentos financeiros que representam 2,16% do total, uma variação positiva de 216,99%.

No contexto do **Ativo Circulante**, destacam-se as disponibilidades com 89,37%, as quais cresceram 42,22% em relação a 2017, especialmente motivado pelo aumento dos depósitos em instituições bancárias, enquanto que o peso das



dívidas de terceiros de curto prazo é de apenas 5,17% e apresenta valores muito idênticos aos do ano anterior.

➤ *As existências, detêm um valor residual no contexto do Ativo Circulante (4,18%), registando no final do ano um decréscimo de 37,35% face a 2017, bem como os Acréscimos e Diferimentos, que visam dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo, que detém apenas 1,28% e regista um acréscimo de 19,87%.*

➤ **Passando à análise do Fundos Próprio e Passivo, de registar as seguintes variações face a 2017:**

Fundos Próprios

O passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da autarquia para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados, regista o seguinte:

➤ **A manutenção do peso dos Fundos Próprios (68,57%) face ao Passivo (31,43%);**



➤ **Redução em 12,1% nos Resultados Transitados;**

➤ **Aumento de 8,91% no Resultado Líquido do Exercício;**

➤ **Aumento de 0,28% nos subsídios.**

Passivo:

➤ *Redução em 31,67% na conta dívida a terceiros de Médio e Longo Prazo e que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período*



superior a um ano; enquadrando-se nesta rubrica, as dívidas resultantes de empréstimos a instituições financeiras;

➤ Diminuição da Dívida a Terceiros de Curto Prazo em 39,28%, que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano, enquadrando-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado e outros credores e ainda por força da imposição da DGAL, o reconhecimento do montante de capitalização do FAM), embora o mesmo não releve para o limite da dívida total.

➤ Diminuição dos acréscimos e diferimentos em 4,15% devido à componente proveitos diferidos.

No global, a evolução patrimonial da Autarquia no ano de 2018 permite-nos concluir que o total do ativo líquido da câmara municipal totaliza 74.099.824,18€, menos 4.523.411,93€ face ao ano de 2017. A redução mais uma vez, resulta do elevado valor das amortizações que no ano em apreço, regista o valor de 6.953.942,50€, ou seja, um valor superior ao investimento realizado durante o ano em análise.

➤ A rubrica de utentes, com 157.371,74€ apresenta um acréscimo de 5.224,79€ em relação ao ano de 2017 e representa as dívidas resultantes da prestação de serviços de água, saneamento e resíduos e outros serviços para com o Município.

➤ Quanto ao Passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, o valor da dívida a fornecedores é de 131.287,97€ relativa a faturas a pagar, das quais o valor de 36.921,62 euros esteja ainda para conferência.

➤ Durante o ano 2018 o valor dos empréstimos de Médio Longo Prazo registou um decréscimo de 697.164,91€, que corresponde ao valor pago em amortizações de capital.

➤ Salienta-se o facto de o município apresentar em 31/12/2018, disponibilidades de 3.344.863,81 euros, das quais 2.955.992,21 euros, são operações orçamentais, e que comparativamente ao ano de 2017, teve um acréscimo de 1.133.543,28 euros só nesta componente.



Handwritten signature

Síntese da Estrutura do Balanço

ATIVO	2017	%	2018	%	Variação
Imobilizado	75.787.413,78€	96,39%	70.356.983,83€	94,95%	-7,17%
Bens de domínio Público	30.240.352,54€	38,46%	26.784.817,39€	36,15%	-11,43%
Imobilizações Incorpóreas	126.063,85€	0,16%	107.873,18€	0,15%	-14,43%
Imobilizações Corpóreas	44.720.537,43€	56,88%	41.944.393,38€	56,60%	-6,21%
Investimentos Financeiros	700.459,96€	0,89%	1.519.899,88€	2,05%	116,99%
Circulante	2.835.822,33€	3,61%	3.742.840,35€	5,05%	31,98%
Existências	249.880,07€	0,32%	156.549,17€	0,21%	-37,39%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	194.191,55€	0,25%	193.638,30€	0,26%	-0,28%
Disponibilidades	2.351.883,00€	2,99%	3.344.863,81€	4,52%	42,22%
Acréscimos e diferimentos	39.867,71€	0,05%	47.789,07€	0,06%	19,87%
TOTAL DO ATIVO	78.623.236,11€	100%	74.099.824,18€	100%	-5,75%

Fundos Próprios e Passivos	2017	%	2018	%	Variação
Fundos Próprios	53.328.349,42€	67,83%	50.807.275,70€	68,57%	-4,73%
Património	16.067.419,56€	20,44%	16.067.419,56€	21,68%	0
Subsídios	18.730.194,71€	23,82%	18.782.044,16€	25,35%	0,28%
Doações	455,00€	0	150.456,00€	0,20%	32.967%
Resultados Transitados	20.819.248,39€	26,48%	18.300.385,42€	24,70%	-12,1%
Resultado Líquido do Exercício	-2.288.968,24€	-2,91%	-2.493.029,44€	-3,36%	8,91%
Passivo	25.294.886,69€	32,17%	23.292.548,48€	31,43%	-7,92%
Dívidas a Terceiros- Médio e Longo Prazo	2.201.153,74€	2,80%	1.503.988,83€	2,03%	-31,67%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	988.375,96€	1,26%	600.127,29€	0,81%	-39,28%
Acréscimos e diferimentos	22.105.356,99€	28,11%	21.188.432,36€	28,59%	-4,15%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	78.623.236,11€	100%	74.099.824,18€	100%	-5,75%



1.2. Análise à Demonstração de Resultados:

- *A Análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.*
- *Pela diferença entre as rubricas de proveitos e as rubricas de custos que ocorreram ao longo do exercício de 2018, apura-se o resultado do exercício (Proveitos - Custos = Resultados), sendo ainda possível obter resultados em função da sua natureza, sejam eles operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.*
- *Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que, face ao ano transato, se assistiu a um aumento dos Custos e Perdas em 237.491,01 euros que corresponde a 1,46%, significando que o Município suportou mais custos com a sua atividade normal.*
- *Embora em menor valor, os Proveitos e Ganhos apresentam também um acréscimo de 33.429,81 euros face a 2017, o que corresponde a uma variação positiva de 0,24%.*
- *O Resultado Líquido do Exercício cifrou-se no valor negativo de 2.493.029,44€, menos 8,91% do que o registado em 2017.*
- *Apresenta-se, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada Conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano anterior.*

**Síntese da Demonstração de Resultados**

Custos e Perdas	2017	%	2018	%	Variação
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	442.650,08€	2,73%	494.490,68€	3,00%	11,71%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.529.926,40€	27,92%	4.606.998,42€	27,99%	1,70%
Custos com Pessoal	2.650.398,32€	16,34%	2.822.814,92€	17,15%	6,51%
Transferências e Subsídios Correntes	1.248.286,22€	7,69%	1.318.536,67€	8,01%	5,63%
Amortizações do exercício	6.775.228,62€	41,76%	6.652.432,27€	40,42%	-1,81%
Provisões do exercício	0		2.337,35€	0,02%	
Outros custos operacionais	62.744,31€	0,39%	63.176,09€	0,38%	0,69%
Custos e Perdas Financeiras	4.356,88€	0,03%	26.771,36€	0,16%	514,46%
Custos e Perdas Extraordinárias	509.460,62€	3,14%	472.984,70€	2,87%	-7,16%
Total de Custos e Perdas	16.223.051,45€	100%	16.460.542,46€	100%	1,46%
Resultado Líquido Exercício	-2.288.968,24€		-2.493.029,44€		8,91%
	13.934.083,21€		13.967.513,02€		0,24%

Proveitos e Ganhos	2017	%	2018	%	Variação
Prestações de Serviços	1.014.045,31€	7,28%	986.299,87€	7,06%	-2,74%
Impostos e Taxas	941.587,54€	6,76%	1.052.764,92€	7,54%	11,81%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0
Proveitos Suplementares	9.034,49	0,06	4.554,68	0,03	-49,59%
Transferências e subsídios obtidos	9.552.161,41€	68,55%	9.680.280,23€	69,31%	1,34%
Proveitos e Ganhos Financeiros	696.279,66€	5,00%	520.975,71€	3,73%	-25,18%
Proveitos Extraordinários	1.720.974,80€	12,35%	1.722.647,61€	12,33%	-0,10%
Total Proveitos e Ganhos	13.934.083,21€	100%	13.967.513,02€	100%	0,24%

- *Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram superiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um Resultado Líquido do Exercício negativo, como já foi dito.*



Handwritten signature

- *Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, no global, verificam-se algumas alterações na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de "Custos e Perdas", quer ao nível do "Proveitos e Ganhos".*
- *Ao nível dos "Custos e Perdas", de registar o aumento de 11,71% no "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" dos, "Fornecimentos e Serviços Externos" em 1,70%, dos "Custos com o Pessoal" em 6,51%, das "Transferências, Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais" em 5,63% "Outros Custos Operacionais" com 0,69% e principalmente dos "Custos e Perdas Financeiras" em 514,46% embora com valores reduzidos em contrapartida da diminuição dos "Custos e Perdas Extraordinárias" em 7,16%.*
- *As "Amortizações do Exercício" com 40,42%, contribuem com a maior fatia dos "Custos e Perdas" que registou uma redução de 1,81% em relação a 2017, seguindo-se em ordem de importância os "Fornecimentos e serviços externos" com 27,99% e os "Custos com Pessoal" com 17,15%.*
- *Quanto aos "Proveitos e Ganhos", de registar que à exceção das "Transferências e subsídios obtidos" e dos "Impostos e Taxas" que cresceram 1,34% e 11,81% respetivamente, todos os outros itens tiveram variações negativas, designadamente os "Proveitos Extraordinários" com uma quebra de 0,10%, os "Proveitos e Ganhos Financeiros" com 25,18%, os "Proveitos suplementares com 49,59% as "Prestações de Serviços" com 2,74%*
- *Repartidos os "Custos e Perdas", por Operacionais, Financeiros e Extraordinários, os primeiros representam 96,97% dos custos e perdas*

incorridos em 2018, seguindo-se os Custos e Perdas Financeiros, que representaram apenas 0,16% e os Custos e Perdas Extraordinários com 2,87%.

- *Nos "Proveitos e Ganhos", constata-se que os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram 83,94% do total, cabendo aos Proveitos e Ganhos Financeiros 3,73% e aos Proveitos Extraordinários os restantes 12,33%.*

2. Agrupados e classificados por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais se dividem da seguinte forma:

- *Operacionais: obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;*
- *Financeiros: obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;*
- *Correntes: obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);*
- *Extraordinários: obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;*
- *Líquidos: obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.*

3. No ano 2018, o município apresentou resultados operacionais negativos no valor de 4.236.986,70 € ou seja mais 44.581,50€ que em 2017.

4. Ao contrário, os resultados financeiros, foram positivos em 494.204,35€ e os extraordinários em 1.249.662,91 euros.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo do Município mediante proposta do órgão executivo.

O mesmo ponto determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 2.493.029,44€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.